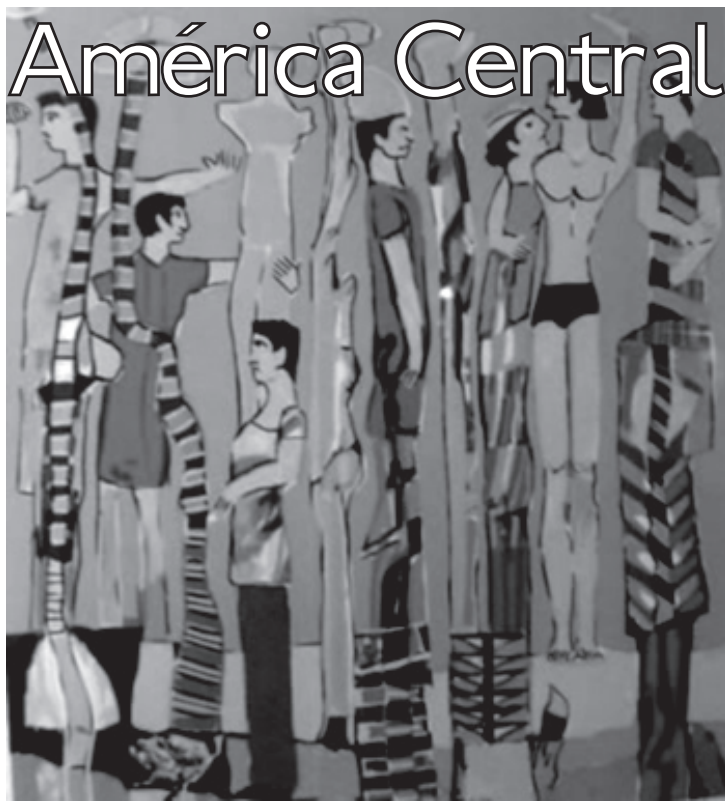


América Central



As perspectivas da revolução, trinta anos depois

BERNARDO CERDEIRA

EDITOR DA REVISTA MARXISMO VIVO

O dossiê sobre a América Central que apresentamos nas páginas seguintes obedece a uma dupla motivação: uma histórica e outra totalmente atual. Duas datas, separadas no tempo por três décadas, simbolizam o processo histórico e marcam as contradições e tendências da situação política atual da América Central.

Em 19 de julho comemoram-se os **trinta anos da Revolução Nicaragüense** que derrubou o ditador Anastácio Somoza. Encabeçando os festejos oficiais estarão muitos dos ex-comandantes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), especialmente Daniel Ortega, atual presidente do país e o principal dirigente da organização que voltou ao governo nas últimas eleições nacionais.

No dia 1º de junho, por outro lado, tomou posse Maurício Funes, o novo presidente de El Salvador, eleito pelo partido Frente Farabundo Martí



de Libertação Nacional (FMLN). Com ele aparentemente chega ao governo a organização que organizou e dirigiu as forças guerrilheiras que lutaram durante 12 anos (1980-1992) na guerra civil que matou cerca de 70 mil pessoas neste pequeno país de menos de seis milhões de habitantes. E dizemos aparentemente porque na realidade a FMLN é uma caricatura da organização guerrilheira do passado.

A eleição de Funes expressa, de forma distorcida, uma profunda mudança que vem se dando em todos os países da região. Com atraso, depois de anos de governos neoliberais, a América Central se soma à mesma dinâmica da América Latina: a insatisfação das massas que gerou inúmeras lutas se expressa finalmente na eleição de governos populistas de “esquerda” que eventualmente adotam um discurso nacionalista. Além dos dois mencionados acima, também o governo de Manuel Zelaya em Honduras resolveu aderir à ALBA (Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe, que reúne também Venezuela, Cuba, Bolívia, Dominica, Equador e Nicarágua).

Embora separados no tempo por três décadas, os acontecimentos atuais estão intimamente ligados ao processo revolucionário do passado e às suas contradições e impasses. Fundamentalmente nos interessa entender as tendências dinâmicas da realidade atual, que só podem ser explicadas em relação àqueles grandiosos acontecimentos revolucionários. Este é o sentido deste

dossiê que tem como objetivo ajudar as novas gerações de revolucionários latino-americanos e, principalmente centro-americanos, a entender melhor e atuar sobre a nova realidade da qual estes governos são um elemento central.

Há trinta anos: um dos centros da Revolução Mundial

A América Central, esta região constituída por seis pequenos países (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Honduras, Costa Rica e Panamá) já foi um dos centros da revolução mundial durante o fim dos anos 70 e toda a década de 80. Esta situação foi aberta com a derrubada da ditadura de Somoza por uma imensa insurreição de massas encabeçada pela Frente Sandinista em 1979.

Mais do que uma guerra de guerrilhas a Revolução Nicaraguense foi uma grande ação insurrecional das massas urbanas contra a ditadura de Somoza. Assim atestaram os próprios comandantes da FSLN:

O comandante sandinista Luis Carrión assinalou: “O elemento predominante de nossa guerra foi a insurreição”. O comandante Joaquín Cuadra relatou: “Explodiam mini-insurreições espontâneas que demonstravam uma grande combatividade e uma extraordinária firmeza por parte das massas, enquanto as estruturas políticas e militares de vanguarda experimentavam um notório atraso”. O comandante Javier Carrión sintetizou: “A guerra foi ganha praticamente pela participação do povo, sem isso nós não teríamos feito grande coisa”. E o próprio comandante Ortega disse: “... o peso fundamental da luta armada foi levado por nosso povo... Poderíamos dizer que as massas estiveram em um estado de insurgência permanente... A insurreição popular na Nicarágua... foi um fenômeno parido por todo o povo e fundamentalmente pelos mais humildes, os trabalhadores mais explorados e oprimidos do campo e da cidade... Foram nossas massas as que disseram à sua vanguarda, a Frente Sandinista: ‘Esta é a forma de luta!’. Nós, a vanguarda, não fizemos mais que colocar-nos à frente dessa vontade, dessa decisão, dessa atividade popular.

A vitória da FSLN deu um enorme impulso às lutas operárias e populares em todos os países da região e estimulou outros movimentos guerrilheiros. O levantamento de massas mais importante, depois da Nicarágua, deu-se em El Salvador. Alguns meses depois da vitória da Revolução Sandinista e no mesmo ano de 1979, este país viveu um processo de lutas operárias urbanas que derrubou o ditador, general Romero.

No entanto, este extraordinário movimento foi traído pelo Partido Comunista, que compartilhou o governo burguês do coronel Majano e desmobilizou as massas, permitindo que a contrarrevolução se rearmasse e desencadeasse um verdadeiro genocídio da vanguarda revolucionária do país.

A dura derrota produzida por esta traição obrigou as organizações de esquerda a uma ação defensiva cujo principal movimento foi o de deslocar-se das cidades para o campo, organizando a guerrilha rural, enquanto nas cidades passavam a atuar em forma clandestina.

Em um breve, porém original e instigante, ensaio intitulado *América Central: seis países, uma nacionalidade, uma revolução*, que reproduzimos



neste número da *Marxismo Vivo*, o marxista argentino Nahuel Moreno assinala a profunda unidade dos processos de luta de classes em toda a região, produto da formação histórico-social e da relação particular dos países que a constituem com o imperialismo:

...o triunfo da revolução nicaraguense contra Somoza abriu uma etapa revolucionária em toda América Central, o que constitui uma caracterização mais correta que limitar-se a ver as repercussões da vitória contra Somoza na luta revolucionária que se leva em El Salvador. Poderíamos precisar ainda mais, assinalando que antes da queda de Somoza a situação era pré-revolucionária, mesmo quando sua vanguarda, a Nicarágua, já vivia uma situação revolucionária, de guerra civil. A vitória das massas nicaraguenses contra a ditadura fez com que toda a situação centro-americana mudasse.

Como em toda situação similar, há setores de vanguarda e há também setores - neste caso, países - na retaguarda, mas o conjunto das nações centro-americanas é parte do mesmo turbilhão revolucionário. Isto é o que explica a demasiada importância que o imperialismo norte-americano concede a El Salvador, assim como o silêncio cúmplice da imprensa imperialista sobre a Guatemala. Toda análise que tome como ponto de partida a caracterização de um ou outro país é, por isso mesmo, equivocada e é cair na armadilha construída pelo imperialismo e pela política contrarrevolucionária do stalinismo e do castrismo.

O enfrentamento a esta política contrarrevolucionária deve, pois, começar por **afirmar a caracterização de que na América Central há um só processo objetivo e de conjunto, o de uma revolução operária, contra o imperialismo norte-americano, e que tende à unificação em um só Estado de todo o istmo.**

Moreno assinalou também, com total clareza, o caráter de classe, operário e socialista, da revolução centro-americana apesar de que esta tivesse, em um primeiro momento, um eixo anti-ditatorial e anti-imperialista. Da mesma maneira explicou que, apesar de suas naturais desigualdades, a luta de classes tendia a combinar os processos em cada país em um todo regional contra o imperialismo. Em suas próprias palavras:

A revolução em curso na América Central, que por seus objetivos imediatos em alguns países aparece como democrática - abater ditaduras sanguinárias -, é uma revolução operária e socialista, em relação à dinâmica de classe e objetivos gerais. Em cada um dos países, os trabalhadores enfrentam os governos burgueses e agentes diretos do imperialismo, convertendo-a numa luta contra a expressão política e econômica da exploração capitalista e imperialista. Por outro lado, como luta de conjunto das massas centro-americanas que tendem à unificação num só Estado, enfrenta diretamente o imperialismo norte-americano, que sustenta e obtém os máximos proveitos da divisão da região em seis Estados nacionais diferentes.

Reação imperialista e traição das direções guerrilheiras

Mas, ao mesmo tempo, Moreno ressaltava que estas características de unidade regional do processo da luta de classes na América Central valem não só para o desenvolvimento da revolução como para seu retrocesso. Esta foi uma de suas mais importantes previsões, que ajudam a explicar a derrota da Revolução centro-americana pela política de reação democrática do imperialismo combinada com a traição das direções guerrilheiras, assim como o período reacionário que se abriu nos anos posteriores. Na América Central, por suas características regionais, aplica-se ainda mais intensamente a dinâmica internacional da revolução socialista:

Na América Central, não pode ocorrer um triunfo revolucionário que, ao permanecer isolado em alguns dos países, possa manter-se por muito tempo. Isto se deve a um conjunto de razões derivadas da unidade geográfica, econômica e ainda política da América Central. Uma revolução operária triunfante constituiria um alvo fácil para os exércitos dos outros países da região ligados estreitamente ao aparato militar estadunidense. Este perigo só poderia ser superado pelo desenvolvimento geral do processo revolucionário em toda a América Central, o que por outro lado seria inevitável dado o entusiasmo e as repercussões de todo tipo que tal triunfo desperta.

A política do imperialismo americano para a revolução centro-americana teve duas faces. Por um lado, acossar o governo da FSLN com a contrarrevolução armada da guerrilha dos “contras”, ao mesmo tempo em que enfrentava militarmente a FMLN treinando e armando o Exército salvadorenho.

Mas, ao lado destas ações militares, a principal e verdadeira política do imperialismo e seus aliados era fazer retroceder a revolução por meio das negociações e pressões sobre a FMLN para que capitulasse aos seus propósitos e firmasse um Acordo de Paz, abandonando a idéia de tomar o poder e instituir um governo “democrático e popular”. Este foi o objetivo fundamental do Grupo de Contadora.

Para que esta política fosse vitoriosa, o imperialismo americano contou com a colaboração valiosa de Fidel Castro, da burocracia cubana e dos Partidos Comunistas centro-americanos, principalmente o PC de El Salvador, dirigido por Shafik Handal. A política de Castro desde a revolução de 19 de julho de 1979 foi que **Nicarágua não será uma nova Cuba**, deixando claro que não estava a favor de que o governo sandinista expropriasse a burguesia como ele mesmo havia feito em Cuba na década de 60. Da mesma forma, o governo cubano, já então apoiado pelo governo da Frente Sandinista na Nicarágua, passou a ser um elemento decisivo para pressionar a FMLN para que esta mudasse sua estratégia de tomar o poder, e passasse a participar das negociações para estabelecer acordos de paz. E o Partido Comunista, com Shafik à cabeça, foi um elemento fundamental para que esta política obtivesse êxito.

Na introdução às *Teses sobre o guerrilheirismo*, outro importante texto relacionado ao tema que analisamos neste dossiê, Moreno explica e ressalta o papel dos PCs latino-americanos na tarefa de desmontar por dentro o processo revolucionário centro-americano. Neste trabalho, onde dá grande



importância à análise dos processos guerrilheiros centro-americanos, Moreno observa que os Partidos Comunistas passaram de inimigos a admiradores e, em alguns casos, participantes da guerrilha. Explica esta mudança brusca em sua política, pelo fato da orientação anterior da burocracia soviética (e dos PCs) – impedir a revolução através do apoio às ditaduras de Batista em Cuba e Somoza na Nicarágua – ter produzido o surgimento de direções de tipo pequeno-burguês revolucionário, independentes do stalinismo em um primeiro momento e que chegaram ao poder: o castrismo e o sandinismo. Moreno explica como esta nova política, tão sinistra e contrarrevolucionária como a anterior, foi posta em prática no caso de El Salvador:

A essência do giro à esquerda do stalinismo poderia ser resumida da seguinte forma: se já não podemos impedir as revoluções opondo-nos frontalmente a elas, vamos destruí-las por dentro. Para isso, em lugar de continuar acusando as direções guerrilheiras e o resto da esquerda de ultras e provocadores a serviço do imperialismo, vamos nos unir a eles em uma frente de esquerda; participemos das lutas, inclusive armadas, em vez de nos opormos a todas. Desta forma, com paciência e aparato, terminaremos controlando.

Esta nova tática já deu ao stalinismo um sucesso importante em El Salvador. Os guerrilheiros salvadorenos odiavam os regimes pró-imperialistas e queriam destruí-los, da mesma forma que os sandinistas odiavam e queriam destruir Somoza. Mas desde que o PC salvadorenho uniu-se a eles na guerrilha e começou a controlá-la, o programa da FMLN foi baixando de tom até chegar à sua proposta atual: já não fala de liquidar Duarte, mas de estabelecer um “diálogo nacional” para “reorganizar” o governo genocida. No caminho ficou o cadáver de alguém que se opunha: Salvador Cayetano Carpio.

Das trincheiras aos palácios ou da guerrilha aos novos governos burgueses

As capitulações das direções guerrilheiras, conduzidas conscientemente por Castro e pelos Partidos Comunistas, terminaram nos “acordos de paz” de El Salvador. Por outro lado, o primeiro governo de conciliação de classes da FSLN terminou com sua derrota eleitoral diante de Violeta Chamorro em 1990.

A América Central viveu uma década, a de 90, marcada por uma situação reacionária para as massas, caracterizada por uma ofensiva do imperialismo e das burguesias nacionais para implantar planos neoliberais em todos os países da região.

Neste contexto, as antigas direções guerrilheiras buscaram transformar suas organizações em partidos eleitorais perfeitamente adaptados às instituições do estado burguês e ao funcionamento do regime “democrático”.

Depois da derrota das eleições de 1990, a FSLN continuou controlando as Forças Armadas, a principal instituição do Estado burguês. Sua degeneração ficou evidente nos vários escândalos de corrupção em que seus dirigentes estiveram envolvidos. Por outro lado, caracterizou-se por um pronunciado giro à direita em sua política. O atual governo de Ortega é uma caricatura

grotesca de uma direção que se dizia revolucionária.

A FMLN, por seu lado, integrou-se completamente ao regime democrático-burguês, elegendo deputados e governando várias das principais prefeituras, inclusive a da capital, San Salvador, sem grandes conflitos com o governo nacional, dominado pela ultradireitista ARENA.

No entanto, nos últimos anos produziu-se uma mudança na situação da luta de classes na América Central. A partir da luta de massas na Costa Rica contra a privatização do ICE (Instituto Costarriquenho de Eletricidade) em 2000, começa de novo um período de crescimento de lutas populares contra os planos neoliberais e a ofensiva imperialista na região. Um dos mais importantes exemplos foi a recente luta contra o TLC, também na Costa Rica.

Os novos governos surgem justamente das contradições deste processo. Por um lado, refletem de forma distorcida a insatisfação das massas com sua situação de penúria e miséria, assim como sua crescente consciência anti-imperialista e de oposição aos velhos governos da direita neoliberal. Por outro lado, são governos burgueses que têm como objetivo a preservação do capitalismo e do Estado burguês. Sua tarefa imediata é conter a revolta das massas e seu processo de mobilização no âmbito do regime democrático-burguês, preservando desta forma o sistema capitalista e suas instituições.

São, portanto, governos burgueses que utilizam muitas vezes um discurso progressista, “social” e até (ocasionalmente) “anti-imperialista” para controlar melhor as massas, desmoralizá-las e impedir que avancem em sua consciência.

Circunstancialmente, estes governos podem chegar a fazer algumas reformas cosméticas ou tomar medidas “assistencialistas”, como as *Misiones* venezuelanas ou a Bolsa-Família no Brasil. No entanto, vão aplicar, em essência, o mesmo plano econômico do imperialismo. Funes deixou claro que não tem intenção de tocar na dolarização salvadorenha e nem pretende mudar nada do Tratado de Livre Comércio EUA-América Central e Dominicana. Também não é casual que nem sequer mencione a possibilidade de convocar uma Assembleia Constituinte para enterrar de vez o regime autoritário de El Salvador e reestruturar o país para a maioria trabalhadora e camponesa. No entanto, esta política submissa ao imperialismo gera enormes contradições.

As grandes aspirações das massas centro-americanas estão por se resolver. O imperialismo oprime e explora estes países ao extremo, mantendo suas frágeis economias aprisionadas num famigerado TLC. Não há direitos trabalhistas para os trabalhadores das “maquilas” que constituem grande parte da classe operária da América Central. Não há liberdade de organização sindical nem direito de greve na maioria das empresas privadas. A imensa maioria dos camponeses pobres está muito longe de ter o direito à sua parcela de terra.

Milhões de trabalhadores e camponeses de toda a América Central foram obrigados a emigrar, principalmente aos Estados Unidos, para tentar minorar sua pobreza. Lá são brutalmente explorados, muitos permanecem na ilegalidade, sem contrato de trabalho nem direitos e são os primeiros a ser atingidos pela crise econômica. Por outro lado, a emigração produz enormes problemas sociais nos países da região entre os quais a desintegração familiar, a marginalidade social de um importante setor da juventude, a violência das gangues de jovens (as *maras*) que são expulsos e repatriados dos Estados Unidos, etc.



Por outro lado, em todos os países centro-americanos, com exceção da Costa Rica, persistem regimes com fortes características autoritárias, baseados em constituições elaboradas por governos militares ou controlados por eles. A existência destes regimes é o resultado direto dos Acordos de Paz em El Salvador e Guatemala (que em grande parte condicionaram a situação em Honduras) e do acordo da FSLN com a burguesia nicaraguense, depois de sua derrota eleitoral. Ou seja, à medida que as ditaduras não foram derrubadas pela mobilização popular, as burguesias nacionais, apoiadas pelo imperialismo, puderam garantir recursos autoritários em poder do Estado para reprimir e controlar a liberdade de organização e manifestação das massas.

Todas estas contradições exigem uma urgente resolução para a grande maioria do povo centro-americano. Por isso, não é de se estranhar que, diante deste quadro, os trabalhadores, camponeses e setores populares depositem enormes expectativas em governos como o de Funes. No entanto, seja pela fragilidade da economia destes países, seja pela crise econômica mundial que se abate sobre todo o mundo, mas que atinge com mais força os países mais débeis, estes governos não têm possibilidade de atender satisfatoriamente, e de forma sustentada, a estes reclamos.

Abre-se, portanto, uma etapa de experiência da classe operária e das massas com estes novos governos burgueses, tornando-se inevitáveis os choques com eles. Mas, com isso, existe também a possibilidade de se construir uma alternativa de esquerda a estes governos em toda a região. Esta tarefa, que exige, entre outras coisas, a elaboração de um programa anti-imperialista, revolucionário e socialista, sintetiza-se na construção de um forte partido revolucionário centro-americano ligado a uma internacional revolucionária. Nela reside o grande desafio para os revolucionários centro-americanos.

Trinta anos depois: é preciso uma direção operária, revolucionária e socialista

A capitulação dos movimentos guerrilheiros, sua posterior adaptação à democracia burguesa e finalmente sua chegada ao poder como parte de governos burgueses mostra sua falência como direção socialista revolucionária. É uma decorrência direta do seu caráter de classe pequeno-burguês

Depois da vitória da revolução sandinista, a maioria absoluta das organizações de esquerda no mundo, inclusive as que se proclamavam revolucionárias e inclusive trotsquistas, exaltavam o governo da FSLN como um governo revolucionário ou “operário e camponês” e a FMLN como uma direção revolucionária.

Houve uma única corrente política internacional, com presença na região, que alertou que a orientação da FSLN, FMLN e Cuba levavam a revolução centro-americana ao desastre e à derrota. Uma única organização, a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI) fez uma campanha internacional permanente contra o Acordo de Contadora.

A corrente trotsquista que originou a LIT, a Fração Bolchevique da IV Internacional (Secretariado Unificado), deu grande importância à revolução nicaraguense e centro-americana. Um dos maiores exemplos foi a constituição da Brigada Simón Bolívar, organizada pelo PST colombiano e outros partidos

da FB para lutar na Nicarágua (ler artigo neste dossiê).

Infelizmente, ao contrário de outros países da América Latina como o Peru, Bolívia, Argentina ou Brasil, o trotsquismo na América Central carecia de tradição e suas organizações eram muito débeis. As primeiras nasceram na década de 70 e logo tiveram que enfrentar grandes organizações de massas como a FSLN e a FMLN. Naquela época, a política da LIT foi reprimida, como no caso da Brigada Simón Bolívar pelo governo da FSLN, seus alertas foram escutados por poucos e sua incidência limitou-se a pequenos setores de vanguarda.

Hoje, a situação é outra. As lutas operárias e populares em breve chocar-se-ão com o governo da FMLN, assim como hoje são reprimidas pelo governo de Ortega na Nicarágua. Os mais combativos e honestos ativistas de vanguarda, que conservam uma perspectiva revolucionária e socialista, só podem encontrar decepções e traições nos governos Funes e Ortega.

Trinta anos depois da Revolução Nicaraguense, está colocada pela primeira vez a possibilidade de se construir uma nova direção revolucionária para as massas. E desta vez se abre uma oportunidade real para as organizações trotsquistas.

Infelizmente, quando esta possibilidade é concreta, muitas organizações que se dizem trotsquistas, algumas inclusive que militaram nas fileiras da LIT e depois romperam com ela, orientam-se pelo apoio, mais ou menos velado, ao governo da FMLN da mesma forma que o SU apoiou o governo da FSLN. Como dizia Marx, a história se repete como farsa, porque os governos de Funes e Ortega nem sequer procuram cobrir-se com um verniz revolucionário.

O trotsquismo principista é a única corrente que pode reivindicar o caráter progressista da luta da guerrilha original da FMLN encabeçada por Salvador Cayetano Carpio, ao mesmo tempo em que propõe construir uma nova alternativa socialista internacionalista e operária de massas. Coerentes com esta postura, os partidos da LIT na região mantêm uma linha de oposição de esquerda a estes governos e lutam para construir uma alternativa de classe, revolucionária e socialista a eles.

A situação presente da luta de classes na América Central coloca um grande desafio para os novos grupos e ativistas da vanguarda revolucionária em todos os países da região: construir uma forte organização revolucionária que retome a verdadeira herança de Farabundo Martí e Sandino, traída e conspurcada pelas atuais direções da FSLN e da FMLN. E, por outro lado, moldando esta herança com o caráter internacionalista e de classe do trotsquismo.





O sandinismo, ontem e hoje

GUILLERMO HUEMBES e MANUEL SANDOVAL

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES (PRT) - COSTA RICA

TRADUÇÃO
IRINEIA VIEIRA

Quem que não conhecesse nada da história da América Central dos últimos 30 anos e viajasse a Manágua hoje, dificilmente conseguiria perceber que no final dos anos 70 ocorreu um processo revolucionário de tal profundidade que ameaçou de morte o sistema capitalista. A Nicarágua atual, ainda que os Ortega estejam novamente no poder, exhibe os mesmos males de qualquer outro país capitalista atrasado e explorado pelas multinacionais. Como veremos neste artigo, a direção sandinista empenhou-se em reconstituir o Estado burguês, ferido de morte com a destruição da Guarda Nacional de Somoza depois da insurreição popular que culminou em 19 de julho de 1979. E acabou transformando-se em ala da burguesia nicaraguense, mediante o roubo das propriedades expropriadas de Somoza e sua camarilha e de todo tipo de negociações sob o amparo do aparato do Estado. Hoje se deve extrair as lições dessa experiência histórica para que o sacrifício e o heroísmo revolucionário dos povos centro-americanos daquele momento não tenham sido em vão. Em meio à crise econômica internacional, confiamos em que os povos centro-americanos voltarão a lutar pelo poder. Mas agora trata-se de construir uma direção operária, socialista e internacionalista, que não vacile em expropriar a burguesia e em unificar a luta revolucionária na América Central.

A revolução que derrubou Somoza

Durante décadas, a ditadura dos Somoza controlou ferreamente a Nicarágua. No entanto, em janeiro de 1978, com o assassinato do burguês de oposição Pedro Joaquim Chamorro, é iniciada uma poderosa mobilização de massas em

protesto, com incêndios de empresas ligadas ao somozismo em Manágua, e produz-se um salto na situação política. Este assassinato situa-se numa crise já vivida pela ditadura somozista, quando enfrenta um crescente repúdio da burguesia e o início da intensificação da ação militar da Frente Sandinista.

A população indígena de Monimbó, em Masaya, a segunda cidade do país, rebela-se em fevereiro, dando uma lição ao conjunto das massas populares da Nicarágua sobre os métodos para realizar uma insurreição urbana de massas. Com a tomada do Palácio Nacional em agosto, numa operação dirigida pelo Comandante Zero, Edén Pastora, da tendência Terceirista, a crise da ditadura começa a se tornar palpável. A burguesia opositora convoca uma greve nacional em setembro, coincidindo com uma ofensiva combinada das diferentes tendências sandinistas.

Neste momento, a burguesia opositora, a Igreja católica, a social-democracia europeia e vários governos latino-americanos tentam convencer o sandinismo a compartilhar o poder com a burguesia frente a uma eventual queda da ditadura. A ajuda em armas, em recursos financeiros e logística fica assim vinculada ao surgimento de um governo de unidade nacional, que se concretizará finalmente com a incorporação de Violeta Barrios de Chamorro (viúva de Pedro Joaquim Chamorro) e Alfonso Robelo (presidente do Conselho Superior de Empresas Privadas - COSEP) à futura Junta de Reconstrução Nacional.

A queda da ditadura somozista, em meio a um processo insurrecional, que provoca a debandada da Guarda Nacional, destrói as bases do Estado burguês na Nicarágua. Na fase final da luta, em junho-julho de 1979, quando as colunas guerrilheiras avançam aos centros populosos no Norte, Manágua e a franja do Pacífico, produz-se uma incorporação massiva dos setores populares, que se armam e formam milícias, executam membros dos aparatos repressivos que não conseguem fugir e começam a ocupar fábricas e fazendas dos Somoza e de sua camarilha. Surge assim uma situação de duplo poder, onde o poder das massas se expressa embrionariamente nas milícias, nas organizações de bairros e nos sindicatos que começam a surgir a partir de 19 de julho.

A FSLN no poder: frear a revolução para reconstruir o Estado burguês

Da mesma forma que em fevereiro de 1917 na Rússia, quando a burguesia é obrigada a recorrer à ficção de um governo de unidade nacional com social-revolucionários e mencheviques, as direções colaboracionistas de classes à frente dos soviets, o poder real reside nos órgãos de poder que as massas mobilizadas estão criando. Na Nicarágua daquele momento, a única possibilidade da débil burguesia opositora é refugiar-se atrás da Junta de Reconstrução Nacional (organismo que só ganha vida pela autoridade da FSLN) e tentar aglutinar-se por meio do COSEP para pressionar o sandinismo a cumprir o programa do GRN, que limita a revolução ao estabelecimento de um regime democrático-burguês.

A direção sandinista que, como vemos, não tinha uma experiência histórica em frear o movimento de massas como a dos aparatos stalinistas, encontra-se pressionada desde o primeiro momento pela política de colaboração de



classes, que a obriga a conter a revolução para que não vá além da conquista democrática representada pela queda de Somoza e não entre em um curso anticapitalista, como o que se anuncia, com o armamento das massas e o processo aberto de ocupação de fábricas e terras. A fuga da camarilha dos Somoza significa de fato a expropriação da fração burguesa mais poderosa do país, gerando uma dinâmica anticapitalista em meio à mobilização de massas. Por esta razão, o sandinismo começa a anunciar que as expropriações são contra os burgueses vende-pátria, e não contra os “patrióticos”.

A situação pegou o sandinismo, que não contava com a possibilidade de ocorrer um processo de organização independente das massas, de surpresa. Contudo, rapidamente, consegue definir um projeto de controle político e militar do movimento de massas para reconstituir o Estado burguês, transformando a guerrilha em um aparato militar profissional.

Esta escalada repressiva era parte de uma operação contrarrevolucionária bem calculada para controlar o movimento de massas. Como se evidenciará com a chegada de Fidel Castro a Manágua para celebrar o primeiro aniversário do triunfo da revolução, ao aconselhar o sandinismo a manter-se preso a uma política de colaboração de classes com a burguesia, com a expectativa de que o imperialismo norte-americano, em troca desta colaboração, abrisse um processo de negociação com Cuba e terminasse com as sanções e o isolamento. O aparato repressivo estabelecido pelo sandinismo será criado com a assessoria do G-2 cubano.

Sem partidos fortes da burguesia, com todas as instituições chaves do Estado burguês profundamente debilitadas (há um expurgo dos somozistas do aparato judicial e de todos os ministérios), e com um grande setor da economia de propriedade anterior de Somoza e seus adeptos controlado agora pelos “administradores” sandinistas, o regime político que o sandinismo começa a conformar para controlar o movimento de massas é, desde o primeiro momento, profundamente autoritário e bonapartista.

Ainda que contraditoriamente, pois o sandinismo estabelece este regime para sustentar o sistema capitalista na Nicarágua, os confiscos da propriedade somozista e a articulação da institucionalidade burguesa em torno ao mando militar guerrilheiro provocam as primeiras fricções com a burguesia opositora, causando a saída de Robelo e de Violeta Chamorro da Junta de Reconstrução Nacional em meados dos anos 80 e a morte de Jorge Salazar Argüello, dirigente do COSEP, que mantinha contato com setores do somozismo, num enfrentamento com a segurança do Estado.

O imperialismo dá “ar” à economia mista do sandinismo

A derrota militar no Vietnã em 1975, como resultado da combinação da resistência vietnamita, da



solidariedade internacional a nível mundial e da mobilização contra a guerra nos próprios Estados Unidos, provocará uma profunda crise de direção do imperialismo norte-americano para enfrentar os processos revolucionários além de suas fronteiras. O ano de 1979 é crucial, porque caem dois peões em regiões chaves para o imperialismo: Somoza na América Central e o Xá no Irã. Estamos assim às portas de um salto, de um aprofundamento do ascenso revolucionário no plano mundial, que começou a dar-se desde fins dos anos sessenta.

Neste marco Washington enfrenta a “síndrome do Vietnam”, a oposição do povo norte-americano às guerras contrarrevolucionárias com intervenção direta de seu exército.

O fracasso da tentativa de libertação dos reféns na Embaixada norte-americana em Teerã pela força pôs o imperialismo norte-americano em xeque e o deixa paralisado frente a um processo revolucionário de massas, ante o qual se comprometeu até o último momento ao apoiar a odiada ditadura do Xá. O Irã converte-se em uma ameaça muito séria, porque a direção burguesa à frente do processo (o clero xiita encabeçado pelo aiatolá Khomeini) pretende assumir um desenvolvimento capitalista autônomo, com base nos recursos petrolíferos do país. Possivelmente este desconcerto inicial contribui para converter o problema iraniano em um verdadeiro trauma até o dia de hoje na definição da estratégia de dominação global do imperialismo ianque.

No caso da Nicarágua e do ascenso de massas aberto em toda América Central em fins dos anos setenta, a administração Carter começa a ensaiar outra estratégia contrarrevolucionária, ao tomar consciência da impossibilidade de uma intervenção militar direta para impedir a queda de Somoza, pactuando com o sandinismo o congelamento do processo revolucionário nos limites do capitalismo após a queda da ditadura. No Irã não existia um intermediário internacional para promover uma negociação com o clero xiita, a fim de assegurar os interesses de Washington e garantir um compromisso de que a revolução não se estendesse às massas xiitas do Oriente Médio. Já em relação ao sandinismo, houve um trabalho prévio por parte da burguesia opositora, da social-democracia internacional e de alguns governos burgueses da América Latina para “moderá-lo”.

Washington joga-se a fundo para “permitir” que a FSLN tome o poder... e vai mais além: outorga um crédito de mais de 2 bilhões de dólares, que permite ao sandinismo fazer importantes concessões ao movimento de massas nos dois primeiros anos de governo. O projeto de economia mista do sandinismo: articular a propriedade estatal com o setor privado da economia recebe um oxigênio vital.

O bondoso rosto que o ex-presidente Carter tentou projetar nos anos recentes, denunciando as violações aos direitos humanos em vários países da periferia e clamando por ajuda ao “terceiro mundo”, não nos deve fazer esquecer, no entanto, que a ofensiva contrarrevolucionária do imperialismo, tanto nos próprios Estados Unidos como a nível internacional, inicia-se no último ano de seu governo. Em casa, nomeou o agora octogenário Volcker (um dos principais assessores econômicos de Obama) para a Reserva Federal (FED). Este aumentou as taxas de juros e fez a economia entrar em recessão,



resultando no aumento do desemprego e na queda dos salários. Na América Central, a política “amável” para o sandinismo deu passagem ao que em nossa corrente internacional denominamos desde então de política de reação democrática da “cenoura e o garrote”, ou seja, pressão política e militar (com a imposição da contrarrevolução armada) para obrigar o sandinismo a outorgar cada vez mais concessões à burguesia local e ao imperialismo.

Com bandos dispersos de guardas somozistas que não fugiram para Honduras e se refugiaram nas montanhas da Nicarágua, a CIA e o Pentágono iniciam a montagem da guerrilha “contra”, com uma estratégia de “guerra de baixa intensidade”.

A subida de Reagan à Casa Branca em 1981 dá impulso a esta política, gerando um curso de confrontação muito forte, destinado a arrancar concessões substanciais do sandinismo. A mudança na estratégia do imperialismo é produzida como resultado de dois processos: à diferença do sandinismo, que não aborda a revolução nicaraguense como parte de um processo revolucionário de toda a América Central, o imperialismo toma consciência rapidamente de que, para derrotar o ascenso no resto da América Central, estimulado pelo triunfo revolucionário na Nicarágua, tem que desgastar o movimento de massas neste país e arrancar o sandinismo do poder. O triunfo revolucionário sobre a ditadura somozista foi um exemplo muito perigoso para sua dominação, numa região que tende historicamente à sua integração e mantém por isso profundos vasos comunicantes na luta de classes.

Enquanto impulsiona a ação dos “contras” para desgastar o sandinismo e reforça os exércitos da Guatemala, Honduras e El Salvador, realiza uma operação de maquiagem “democrática” das velhas ditaduras militares destes países e mantém economicamente a “democracia” costarricense para que se converta no ideal ao qual possam aspirar, pacificamente, as massas centro-americanas.

A segunda razão é que, embora o sandinismo esteja fortemente comprometido a defender o sistema capitalista, trata-se de uma direção independente, com fortes vínculos com Cuba, na qual o imperialismo não pode confiar plenamente. O deslocamento da burguesia opositora do aparato do Estado, porque não tem maior incumbência num regime bonapartista estruturado em torno à oficialidade sandinista, provoca finalmente a ruptura de Arturo Cruz e Rafael Córdoba Rivas, que haviam substituído Robelo e Chamorro no Governo de Reconstrução Nacional.

A sagacidade contrarrevolucionária do imperialismo contrasta ao mesmo tempo com a cegueira nacionalista da cúpula da FSLN. Fiel a um pacto implícito de não permitir a ida de guerrilheiros sandinistas para lutar em El Salvador ou Honduras, persegue, desarma e encarcera os militantes que tentam fazê-lo por sua conta. Junto com a direção cubana, refreia, além disso, a guerrilha salvadorenha organizada na FMLN para que não se lance a um assalto insurrecional, em meio ao forte ascenso operário e de massas que sacode El Salvador em 80-81, e inicie um “diálogo” com os “militares patrióticos e honestos” da Junta Militar que substituiu a velha ditadura, para constituir “um governo de ampla participação”. Esta política deixa passar o momento mais favorável para a insurreição em El Salvador, e quando o movimento de massas começa a ser golpeado pelos esquadrões da morte e a repressão do

exército (o clímax do terror contrarrevolucionário vem com o assassinato do Monsenhor Romero), a guerrilha salvadorenha retrocede e se entrincheira em algumas zonas montanhosas, para manter uma guerra de posições com o exército, sob a óptica de negociar uma democratização do regime político.

O retrocesso revolucionário em El Salvador intensifica a ofensiva militar do imperialismo por meio das guerrilhas “contras”, situação que obrigará cada vez mais o sandinismo a golpear as conquistas que o movimento de massas conquistou após a queda da ditadura, para poder manter a orientação utópica da economia mista.

Economia mista e concessões ao movimento de massas

O comandante Jaime Weelock Román, outrora da Tendência Proletária, transforma-se no teórico do projeto econômico sandinista. É interessante, por isso, recordar como o define. Em uma entrevista a Martha Harnecker, em dezembro de 83, nos diz:

Deve-se perguntar se existe a possibilidade teórica de que a burguesia produza, sem poder, que possa limitar-se como classe a um poder produtivo, ou seja, que se limite a explorar seus meios de produção e que utilize estes meios para viver, e não como instrumentos de poder, de imposição. Eu creio que isso é possível na Nicarágua (...) Não se trata, portanto de substituí-los, mas de buscar fórmulas de vinculação, de integração.

A ideologia de colaboração de classes que se expressa nestas linhas não é muito diferente da ideologia do “socialismo do século XXI” defendido por Chávez. É o mesmo programa dos mencheviques durante a revolução russa, retomado pelo stalinismo para justificar sua política de aliança com algumas burguesias dos países capitalistas atrasados para resistir a pressão imperialista e tentar manter o status quo internacional. Trata-se da possibilidade de suprimir os antagonismos sociais para promover, a partir do Estado, um desenvolvimento capitalista nacional que permitisse o fortalecimento da classe operária e pudesse, em uma segunda etapa, instaurar a luta pelo socialismo.

Para suprimir os antagonismos sociais, o sandinismo “disciplinou” fortemente o movimento de massas mediante a repressão e tentou ao mesmo tempo fazer algumas concessões importantes: a criação de um sistema único de saúde, onde tanto os contribuintes da previdência social como os não contribuintes teriam acesso a todos os serviços médicos; a recuperação salarial e restaurantes com alimentação subsidiada em todos os centros de trabalho; centros de atenção infantil nos bairros populares; uma gigantesca campanha nacional de alfabetização e a extensão da cobertura do sistema educacional; terras para bairros populares; legislação progressista em matéria de proteção social; preços agrários subsidiados para controlar a inflação e a nacionalização do comércio exterior.

Para ganhar o favor da burguesia, pagou generosamente pela nacionalização de bancos quebrados, tentou uma boa relação com o imperialismo assumindo o pagamento dos juros da dívida externa e manteve a ofensiva para convencer o movimento de massas a não afetar a propriedade da burguesia



Cartaz e pintura em rua de Manágua

empresas e até a financiar os “contras”, alentada pelo incentivo à confrontação dado pelo imperialismo. Se a economia começa a recuperar-se em relação à queda de 78-79 (de um terço do PIB) e ainda em 1984, em meio ao clímax da ofensiva militar dos “contras”, consegue crescer 4,4%, é graças ao sacrifício do movimento de massas, que aplica a bandeira do sandinismo: “aumentar a produção”, e porque ainda está fluindo dinheiro de empréstimos internacionais.

Este ano, no entanto, a situação começa a tornar-se insustentável, com a metade do orçamento nacional sendo devorado pelo gasto da guerra aos “contras”. A direção sandinista começa a descarregar a crise sobre os trabalhadores e o povo: eliminam-se os subsídios aos grãos básicos, desaparecem os mercadinhos ou vendas populares, para garantir o abastecimento de produtos básicos a preços acessíveis aos setores populares, permite-se que a inflação dispare, os acordos coletivos são congelados e se impõe o Sistema Nacional de Organização do Trabalho e do Salário (SNOTS) para asficiar as reivindicações salariais numa camisa de força. O sandinismo começa a eliminar as conquistas que o movimento de massas conseguira para poder desenvolver uma política de concessões para a burguesia opositora.

Os “contras” conseguiram penetrar no campesinato

Nestes primeiros anos, é no campo, onde o projeto de economia mista do sandinismo será mais desastroso. Para impulsionar o setor agroexportador e a grande produção, o sandinismo tentará manter a maior parte das grandes fazendas confiscadas na Área de Propriedade do Povo (administrada pelos sandinistas) enquanto congela o processo em relação às grandes propriedades da burguesia opositora.

Em algumas zonas fronteiriças onde os bandos contrarrevolucionários começaram a operar (Chontales, Matagalpa, Nueva Guinea, Madriz) não houve nenhuma reforma agrária. Foi assim como o descontentamento camponês começou a nutrir as filas da contrarrevolução, dando-lhes uma base social de apoio.

patriótica. Já vimos anteriormente que não convenceu ninguém. Ameaçada sempre pelo ascenso do movimento de massas e por um regime que a marginaliza do poder político em todas as esferas do Estado, a burguesia opositora recebe as dádivas do sandinismo enquanto se dedica a descapitalizar as

O pequeno produtor camponês viu-se afetado porque os preços dos produtos agropecuários eram tabelados caprichosamente abaixo do custo de produção e era obrigado a vendê-los ao ENABAS para abastecer as vendas dos bairros. Os produtos de quem tentava vendê-los por sua conta eram confiscados pelos Comitês de Defesa Sandinista.

Esta política, contraditoriamente, não garantiu um abastecimento adequado das cidades, porque deixava os capitalistas com as mãos livres para que especulassem, fazendo com que a população enfrentasse grandes dificuldades. Os salários começaram a deteriorar-se rapidamente, ao disparar o custo de vida.

A burguesia descapitaliza suas empresas

Enquanto isso, a política econômica em relação à burguesia agroexportadora estava cheia de estímulos para quem conseguisse uma alta produtividade. Os produtores cafeeiros e algodoeiros recebiam transporte gratuito para escoar sua produção ou mobilizar a mão de obra, com a convocação da juventude para participar de brigadas para a safra de cana-de-açúcar ou a colheita de algodão nos latifúndios da burguesia. “E agora o quê? Cortar café. E com um pouco de manha, cortaremos também a cana”, cantavam os brigadistas em muitas fazendas dos burgueses patrióticos, embora estes se dedicassem a descapitalizar e retirar os lucros do país. O engenho San Antonio, em Chinandega, propriedade dos Pellas, é uma prova disso. Quando o sandinismo finalmente o expropriou, era quase sucata.

A guerra aos “contras”: uma guerra perdida, sem expropriar a burguesia

Os “contras” terminaram sendo nutridos pelo descontentamento de todos estes setores camponeses e das comunidades indígenas do Atlântico: os miskitos, sumos e ramas, que se chocaram com o sandinismo ao reivindicar sua autonomia. Os comandos contrarrevolucionários conseguiram assim um salto qualitativo em sua estrutura organizativa, passando a constituir forças-tarefas que obrigaram o Exército Popular Sandinista (EPS) a mobilizar contingentes cada vez maiores para freá-las.

O clímax do enfrentamento militar ocorre em 1984, que abre caminho à ruína econômica do país. O sandinismo vê-se obrigado a responder politicamente, passando a repartir grandes extensões de terra da Área de Propriedade do Povo (APP) nas zonas onde os “contras” operam, e a negociar com os caciques miskitos, sumos e ramas.

A guerrilha “contra” é contida, mas a negação do sandinismo em expropriar a burguesia e apoiar-se nas massas centro-americanas para defender a revolução permite ao imperialismo golpear ainda mais as massas nicaraguenses.

O imperialismo está seguindo uma estratégia friamente calculada para desgastar o apoio popular ao sandinismo. Antes da administração Reagan decretar um embargo comercial e financeiro à Nicarágua em maio de 1985, a constituição do grupo de Contadora por vários governos latino-americanos (México, Venezuela, Panamá e Colômbia) já servia para iniciar um processo destinado a arrancar concessões do sandinismo, levando-o pouco a pouco a uma rendição



na mesa de negociações. Os sacrifícios provocados pela guerra e a destruição do aparato produtivo do país. (calcula-se que os “contras” provocaram perdas de mais de US\$ 2 bilhões, três ou quatro vezes o PIB de então) levaram as massas ao cansaço, uma situação habilmente explorada por Washington.

À medida que a guerra se prolonga e submete os setores populares a terríveis privações (em 1986, a cesta básica equivalia a oito vezes o salário mínimo de 10650 córdobas e o salário real valia 34% de seu valor em 1977), o custo em vidas humanas dos jovens assassinados pelos “contras” enquanto cumpriam com o Serviço Militar Obrigatório principia a provocar a deserção dos jovens de setores médios das cidades, que emigram massivamente para a Costa Rica. O marasmo econômico leva quase ao aniquilamento do proletariado agrícola e fabril, que começa a cruzar em massa a fronteira da Costa Rica. (a população costarriquenha ronda os 4,8 milhões de habitantes, e provavelmente 1/5 é de imigrantes nicaraguenses). Incapaz de aprofundar a revolução, o sandinismo empreende a rota da rendição.

A rendição em Esquíulas e Sapoá

O imperialismo buscou desde o princípio uma negociação global com o sandinismo, com o desarmamento de todas as guerrilhas centro-americanas e a integração da burguesia opositora ao regime político nicaraguense. A partir do Documento de Objetivos de Contadora e das três Atas de Contadora, o sandinismo comprometia-se a não ajudar a guerrilha da FMLN, a instaurar um regime democrático-burguês com eleições periódicas, a respeitar os vizinhos e aceitar o controle e verificação do armamento na região.

Com o apoio da direção castrista, desde 1983 a cúpula do FSLN realizou uma operação para suprimir a ala mais lutadora da guerrilha salvadorenha e enquadrá-la na política da negociação. Estamos falando do assassinato de Cayetano Carpio (Marcial) em Manágua, o principal comandante das *Forças Populares de Libertação (FPL) Farabundo Martí*, a guerrilha mais poderosa, que defendia uma estratégia de destruição da Guarda Nacional e a tomada do poder em El Salvador. As coisas se apresentam como se Marcial houvesse assassinado a Comandante Ana Maria por diferenças políticas e, arrependido, suicidara-se. Foi uma operação no pior estilo stalinista, destinado a desprestigiar e isolar os seguidores das posições de Marcial e, se fosse o caso, como efetivamente sucedeu em algumas frentes, a exterminá-los. A FMLN passa ao mesmo tempo a constituir-se como um aparato guerrilheiro unificado, catapultando o Partido Comunista stalinista, que não tivera maior protagonismo até então, o que leva Shafik Handall, secretário geral do PC, a dominar sua direção até há dois anos, quando sofre um infarto mortal.

A cúpula sandinista dá o passo final neste curso de capitulação em agosto de 1987, ao assinar o Acordo de Esquíulas, que estabelecia o cessamento da luta armada e a reintegração das guerrilhas aos regimes burgueses dos países-centro-americanos, em troca de anistias, garantias eleitorais e liberdades democráticas.

No ano seguinte, a negociação de Sapoá concretiza passos para a reincorporação dos “contras” em Nicarágua: a liberação de uma região de 21000 km² para eles, a libertação de guardas somozistas presos e a permissão de ajuda “humanitária” do imperialismo para seus mercenários; abrindo finalmente

um processo para as eleições de 90, quando se concede a lei de autonomia municipal reclamada pela guerrilha “contra”.

É interessante chamar a atenção para o fato de que o apoio do imperialismo aos “contras” começa a decair desde 1987. Para dizê-lo um pouco grosseiramente, com suas concessões e a política econômica contra as massas populares, o sandinismo conseguiu convencer Reagan de suas verdadeiras intenções.

Matando o povo de fome para manter os incentivos à burguesia agroexportadora

O sandinismo aprofunda uma orientação econômica sinistra para o movimento de massas: tentar recuperar a economia sustentando o setor exportador. Libera os preços dos produtos agrícolas, aprova uma lei de investimentos estrangeiros que permite a repatriação total ou parcial dos lucros e do capital investido, desmantela o monopólio do comércio exterior. Dos dólares a preços irrisórios para os grandes importadores (que fizeram um grande negócio enquanto a inflação disparava e eram necessários 40 mil córdobas por dólar no início de 1988), passam a duas desvalorizações sucessivas, favorecendo abertamente os exportadores (ao aumentar o câmbio oficial). Estes eram premiados com incentivos em dólares enquanto o ataque aos trabalhadores era brutal: 10 mil demitidos com a redução do Estado e a indexação dos empréstimos à inflação, disparando de forma indiscriminada as taxas de juros, que passam de 12% anuais a 42% mensais. E, embora a eliminação do Sistema Nacional de Organização do Trabalho e do Salário (SNOTS) rompesse a camisa de força dos patamares salariais fixos que este sistema estabelecia, o aumento dos salários ficou subordinado à maior produtividade, ou seja, ao aumento da exploração. O empobrecimento é tão brutal que foi preciso distribuir cestas básicas, chamadas de *gallo pinto azucarado*¹. Contudo, depois da devastação da costa atlântica provocada pelo furacão Juana em outubro de 1988, o sandinismo decide limitar esta ajuda aos afetados pela catástrofe. Enquanto se mantém, é claro, os incentivos aos exportadores (que chegarão a alcançar US\$ 20 milhões, cerca de 10% do valor das exportações). O sandinismo tem uma política econômica que aponta para a coerentização do funcionamento do capitalismo na Nicarágua, eliminando os mecanismos de proteção da classe trabalhadora e de controle da anarquia do mercado que havia tentado introduzir na primeira fase da revolução. O resultado é um empobrecimento brutal das massas populares, sua base social de apoio. Um grande favor feito à oposição burguesa, por lhe facilitar a vitória nas eleições e lhe haver economizado o custo de implementar o grosso do “ajuste”.

1990: uma mudança de regime burguês pactuada com o imperialismo

A implantação dos acordos de paz de Esquipulas e Sapoá pôs na ordem do dia a abertura do processo eleitoral de 1990 para favorecer a coalizão burguesa que o imperialismo promoveu, com o objetivo de tentar arrancar o sandinismo do poder pela via eleitoral. Praticamente todos os grupos burgueses de oposição se põem de acordo para apoiar a candidatura de Violeta Chamorro, através da União Nacional Opositora (UNO).

1 Gallo pinto: prato da culinária nicaraguense considerado um símbolo nacional, composto de arroz, feijão e pimenta. A cesta básica continha, ainda, açúcar, daí o nome de *gallo pinto azucarado*.



As massas [...] da Nicarágua terão que romper definitivamente com a direção sandinista e não vacilar na hora de expropriar



LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

O sandinismo pactuou com o imperialismo a garantia de que entregaria o poder se perdesse as eleições, recebendo em troca a segurança de que as propriedades e privilégios adquiridos pela cúpula sandinista não seriam tocados. Este é um aspecto chave, porque os administradores e a casta militar sandinista vinham adquirindo privilégios através de uma gestão cada vez mais corrupta no setor econômico do Estado (APP) e na administração pública. A cúpula sandinista era conivente porque vinha de um processo de simbiose com o setor burguês agroexportador, através de alguns negócios dos Ortega e outros Comandantes com latifundiários da “burguesia patriótica”.

As instâncias de direção do sandinismo começavam a construir uma ideologia nos comitês de base, afirmando que se havia chegado a uma conjuntura de equilíbrio militar com a contrarrevolução onde nenhuma das duas forças enfrentadas tinha capacidade de derrotar o adversário e determinar o controle total do poder político. Em meio à crise econômica, isso levava à abertura e à negociação com o imperialismo, e à aceitação de um governo transicional da direita, enquanto se fortaleciam de novo.

Com o triunfo eleitoral de Violeta Chamorro, o processo de rapina nos três meses anteriores à cessão do governo pôs em evidência a vontade da cúpula sandinista de conformar-se como uma fração burguesa, apropriando-se de boa parte dos bens do Estado e da propriedade confiscada do somozismo e, de forma clientelista, repartindo entre suas bases mais fiéis algumas migalhas, desde veículos até casas. Aproveitando-se do controle do poder judiciário, os quadros sandinistas apressaram-se em legalizar mansões, fábricas e fazendas que haviam organizado para mantê-las em suas mãos.

Produz-se assim uma mudança qualitativa na natureza social da Frente Sandinista, que torna-se o principal partido burguês da Nicarágua, ao entrar com tudo num jogo de alianças e compromissos com os outros partidos burgueses (particularmente com o Partido Liberal Constitucionalista de Arnoldo Alemán) para deter importantes quotas de poder no aparato do Estado, ainda que se visse obrigado a sair do Executivo em 90.

Desde as primeiras horas do triunfo de Chamorro, Ortega encarregou-se de frear os choques que se produziram, quando seus partidários começaram a sair às ruas, pedindo que não se entregasse o poder. Demagogicamente, dizia que governariam de baixo.

Esta transformação do sandinismo deu-se também em outro nível, com a separação formal entre o exército e a cúpula sandinista. Processo iniciado no próprio dia das eleições, ao aceitar que os membros do exército e da polícia não votassem, o que prejudicava eleitoralmente os sandinistas. Ao começar a desarmamento dos “contras” depois da negociação de Sapoá, o exército começou a ser desmobilizado e havia sido criada uma Academia para a profissionalização dos oficiais. O governo de Chamorro limita-se a

se desfazer do setor mais plebeu da oficialidade, conservando as patentes de sobrenomes oligárquicos como o chefe do exército Joaquín Cuadra Lacayo. É muito importante ter presente que as patentes militares provenientes do sandinismo garantiram desde então, sob os governos de Chamorro, Alemán e Bolaños, a segurança da “democracia” na Nicarágua. Sem nenhuma resistência da oficialidade, o governo de Chamorro reduziu significativamente o exército, tal e como exigia o imperialismo, e finalmente será o próprio Daniel Ortega que, recentemente, se desfez dos foguetes terra-ar entregues pelos soviéticos nos anos oitenta.

A herança do sandinismo: um regime democrático-burguês instável e corrupto

O sandinismo deixou de ser uma formação nacionalista pequeno-burguesa e com isso mudou também sua relação com o movimento de massas. O enriquecimento ilícito através da rapina afastou o apoio de uma parte dos trabalhadores e do povo, que se orientará eleitoralmente rumo aos partidos burgueses, ante a falta de alternativas de esquerda. Isto explica porque teve que esperar quase duas décadas para poder retornar ao poder pela via eleitoral. A base e os quadros intermediários da Frente Sandinista, profundamente desmoralizados, não foram capazes de produzir nenhum agrupamento à esquerda.

Para retomar o poder nas últimas eleições, o sandinismo teve que retroceder ainda mais, destruindo as últimas conquistas remanescentes da revolução, como o direito ao aborto terapêutico, para que os religiosos chamassem o voto em Ortega. Para não ter nenhuma dúvida do caráter burguês e contrarrevolucionário de sua cúpula, não só é útil trazer a notícia, de que a Revista Forbes considera Humberto Ortega o principal milionário da América Central, com investimentos muito importantes na Costa Rica e Honduras. Mais importante é ter claro que o sandinismo regressou ao poder depois de permitir que fosse aprovado o Tratado de Livre Comércio entre a América Central e os Estados Unidos em 2005. Poderiam ter bloqueado sua aprovação na Assembléia Nacional, mas depois de alguma celeuma deixaram que se votasse. Os Ortega apostavam que a mão de obra miserável da Nicarágua lhes permitiria ganhar a concorrência com a Costa Rica na atração de investimentos estrangeiros (tal qual sucedia nos tempos de Somoza, uma das razões para que a burguesia costarriquenha desse apoio ao sandinismo naquela época).

Barganhando a proteção ao corrupto ex-presidente Alemán, o sandinismo conseguiu a conservação de uma importante quota de poder na Assembléia Nacional, no aparato judiciário e nas prefeituras. Agora que está no governo, recorrendo às piores táticas (desde a anulação de alguns partidos oposicionistas até os ataques com gangues durante as campanhas eleitorais) defende um regime que tenta descarregar a crise sobre as já empobrecidas e sofridas massas nicaraguenses.

No próximo ascenso revolucionário, as massas operárias e populares da Nicarágua terão que romper definitivamente com a direção sandinista e não vacilar na hora da expropriação dos burgueses sandinistas. Os marxistas revolucionários da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI) trabalhamos para construir o partido revolucionário que dirija este processo.



A Brigada Simón Bolívar



FERNANDO GRACO

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (PST) - COLÔMBIA

Em 1979, a Fração Bolchevique (FB) da Quarta Internacional impulsionou, a partir da Colômbia e tendo à frente o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), a constituição de uma brigada de combatentes para apoiar o povo nicaraguense em sua batalha para derrotar a ditadura de Anastasio Somoza. O PST, que desde sua fundação em 1977 combatia a estratégia guerrilheira da insurgência colombiana, nessa ocasião colocou-se abertamente ao lado dos combatentes nicaraguenses em uma aplicação concreta da concepção marxista sobre as formas de luta.

TRADUÇÃO
JOÃO HENRIQUE
GALVÃO

A caracterização da revolução nicaraguense

A Fração Bolchevique da Quarta Internacional havia elaborado, desde 1978, uma caracterização sobre o processo revolucionário nicaraguense e sobre o papel que a guerrilha da Frente Sandinista de Liberação Nacional (FSLN) poderia cumprir nessa revolução posta em marcha para derrubar o “Tacho” Somoza do poder. A caracterização da FB avaliava, resumidamente, que greves e insurreições parciais estariam combinadas com as ações guerrilheiras da FSLN, e que essa combinação colocaria a Frente Sandinista como vanguarda da luta contra a ditadura. O sandinismo contava ainda com a particular circunstância de que a burguesia, que se encontrava dividida, havia esgotado as possibilidades de fazer uma mudança controlada do regime político e de que o imperialismo, vendo a insurreição avançar, não encontrava melhor saída que a de buscar apoio nos governos latino-americanos para que intervissem, desviando o processo para o terreno da democracia burguesa.

De fato, a combinação das greves e insurreições parciais com as ações guerrilheiras da FSLN deu-se de forma bastante próxima das previsões da FB, entre 1978 e o primeiro semestre de 1979. Em fevereiro de 1978 explodiu uma insurreição na cidade de Masaya, ao sul do país; em setembro do mesmo ano se repetiram em vários estados do país: León, Matagalpa, Chinandega, Managua, Estelí e, novamente, Masaya. A onda revolucionária, que já abraçava a metade da população nicaraguense, desembocou num novo levan-

tamento da população de Estelí em abril de 1979, ao norte, no qual as massas insubordinadas incorporaram o método da insurreição armada.

Depois das insurreições de setembro, a Fração Bolchevique concluiu que:

Todo o processo de greves e mobilizações está criando as condições objetivas para a greve geral e para uma derrota definitiva da ditadura... Estas experiências e o imenso prestígio da FSLN tornam cada vez mais provável a generalização das ações insurgentes do povo... A FSLN é a única força que nesse momento pode realizar esta tarefa [a de organizar as massas para a insurreição], e dar sustentação a uma alternativa de poder... Como consequência de nossa política, devemos continuar o apoio à luta da FSLN e levantar a bandeira “Por um governo da FSLN e das organizações dos trabalhadores”.¹

A organização da Brigada Simón Bolívar

Em maio de 1979, Daniel Samper Pizano, reconhecido jornalista colombiano, intitulava sua coluna do jornal *El Tiempo*: “Necessita-se de pessoas”. O texto iniciava com a seguinte informação:

Na Rua 17 n° 4-49, sala 201, em Bogotá, estão necessitando de pessoas. Não dão trabalho nem prometem enriquecer candidatos da noite para o dia com a venda de enciclopédias. A única coisa que oferecem é a possibilidade de perder a vida, submetendo-se aos riscos e incômodos de levar durante um tempo incerto uma vida cheia de perigos. Em troca, só oferecem a oportunidade de lutar pela libertação de um povo. Neste lugar funciona o escritório de recrutamento de combatentes colombianos que queiram alistar-se voluntariamente na luta armada contra a ditadura de Anastasio Somoza na Nicarágua.

Um relato escrito alguns meses depois do triunfo sandinista resumia assim os resultados da campanha:

A Brigada Simón Bolívar recebeu solicitações de incorporação de mais de 1200 colombianos. Apresentaram-se voluntários de todo o país... Deles, cerca de 320 foram selecionados, mas só 53 conseguiriam viajar, dos quais sete eram nicaraguenses. No momento em que Somoza caiu, havia mais 200 brigadistas preparados para partir para a Nicarágua. Da América Latina saíram outros militantes da Brigada Simón Bolívar, que contou com voluntários da Argentina, Bolívia e Brasil. Houve inclusive três norte-americanos que se somaram à Brigada. No grupo houve três mortos; os três pertenciam ao escritório da Colômbia.²

Um chamado à organização de brigadas de combatentes

Num informe interno dos organizadores da Brigada pode-se ler:

Na coletiva de imprensa convocada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores da Colômbia, em 13 de junho de 1979, instou-se através dos meios de difusão a conformar a Brigada Simón Bolívar, a ser integrada por homens, mulheres, trabalhadores e estudantes colombianos de qualquer partido ou ideologia, que quisessem participar militarmente na luta do povo irmão da Nicarágua e da Frente Sandinista, nos mo-



Membro da BSB

1 Jornal *O Socialista*, n° 128 de 4 de setembro 1978.

2 *Nicaragua: reforma o revolución*. Tomo I. Recopilação de artigos, Bogotá: 1980

mentos cruciais de seu enfrentamento contra a ditadura.

Desta maneira, jornalistas de todos os meios de comunicação nacionais e representantes de várias agências internacionais fizeram chegar o chamado solidário do PST a milhares de colombianos, convertendo esta notícia na mais importante do dia. O chamado ficou também conhecido em todo o mundo, com importantes repercussões no sentido de encorajar grupos e indivíduos a formar brigadas ou incorporar-se diretamente à luta contra Somoza. Exemplo desta repercussão foram as brigadas haitianas que se constituíram em Nova Iorque ou a *Sandinistas al Socialismo*, integrada por nicaraguenses e salvadorenhos na cidade de Los Angeles (EUA). Ambas fizeram acordos com a Brigada Simón Bolívar posteriormente, fornecendo 150 voluntários. A LCR colombiana também aderiu à Brigada Simón Bolívar e enviou 3 dirigentes ao combate.

Algumas organizações da Quarta Internacional rapidamente deram resposta à convocação em seus próprios países. Duas colunas de voluntários foram formadas na Costa Rica: a Brigada Simón Bolívar e a *Juan Santamaría*, que somaram 190 companheiros. No Panamá, o PST forneceu dois militantes trotskistas à *Brigada Victoriano Lorenzo* e chamou a conformação da Brigada Simón Bolívar, recrutando 70 pessoas. O mesmo ocorreu no Equador com um total de 30 pessoas. Na Argentina e no Brasil não se pôde fazer convocações públicas por razões de clandestinidade, mas igualmente se alistaram militantes do trotskismo. No Chile foi formada a *Coluna Salvador Allende* integrada por companheiros do Partido Socialista (CNR) que fez acordos com a Brigada Simón Bolívar em dois pontos substanciais: 1. Disciplinar-se militarmente às fileiras da FSLN; 2. Impulsionar uma política classista independente na Nicarágua. Em outros países, como a Bolívia, que se encontrava em plena campanha eleitoral, conseguiu-se recrutar companheiros. Três companheiros trotskistas alistaram-se no México.

A Brigada na Nicarágua

Na Nicarágua, os membros da Brigada foram alistados na Frente Sul.

A Frente Sul era tradicionalmente dirigida pela tendência insurrecional ou *terceirista*. Sua máxima figura militar era Edén Pastora e seus dirigentes políticos os irmãos Humberto e Daniel Ortega...

Com voluntários de vários países da América Latina chegaram 110 combatentes à Nicarágua, e lá se somaram outros mais, contabilizando um total de 250 membros efetivos na Brigada Simón Bolívar. Depois de um intenso treinamento, foram incorporados à Frente Sul da FSLN. A ditadura resistiu até o último dia nesta frente quando, em debandada, a Guarda Nacional - acompanhada de mercenários norte-americanos, vietnamitas e *gusanos* cubanos - empreendeu a fuga.

Na linha de fogo ao sul [o avanço do sandinismo] estava estancado devido à situação desfavorável: as melhores tropas da Guarda controlavam o corredor paralelo ao *Lago da Nicarágua* desde a *Colina da*

Virgem e a escassa população da região privava a FSLN do apoio de massas que tinha no norte.

Foi uma guerra de posições, onde cada palmo de terreno foi conseguido à custa de um grande número de companheiros mortos e feridos. A FSLN sofreu ali o maior número de baixas - aproximadamente 25% de seus efetivos entre mortos e feridos - e os integrantes da Brigada Simón Bolívar também fizeram frente ao perigo.

Da coragem de nossos companheiros em combate há mais de um testemunho e, sobretudo, uma dolorosa prova: três mortos na linha de fogo, Mario Cruz Morales e Pedro J. Ochoa, colombianos, e Max Leoncio Senqui, nicaraguense...³

A expulsão da Brigada

Quando a Brigada Simón Bolívar foi organizada, definiu-se que apoiaria militarmente a Frente Sandinista de Libertação Nacional, combatendo sob sua disciplina para derrotar a ditadura de Somoza, mas ao mesmo tempo ficou claro que isso não implicava em apoio político ao programa de reconstrução do Estado burguês que os sandinistas levantavam.

Em contraposição, a Brigada Simón Bolívar proclamou e defendeu que:

A crise pela qual a Nicarágua atravessa não terá uma saída favorável para as massas trabalhadoras, camponesas e populares nos limites em que o imperialismo, a Igreja e a burguesia opositora querem mantê-la. A única saída para esta crise é a derrubada de Somoza e a instauração de um governo que cumpra o seguinte programa:

- Armamento das massas operárias, camponesas e populares e liquidação da Guarda Nacional.
- Expropriação de todas as empresas de Somoza, de seus familiares e de todos os colaboradores da ditadura, e que sejam colocadas sob o controle dos trabalhadores. Expropriação, sob controle dos trabalhadores, de todos os monopólios imperialistas.
- Reforma agrária, expropriando os latifundiários e entregando as terras aos camponeses.
- Ruptura de todos os pactos políticos e militares com o imperialismo.
- Liberdade a todos os presos políticos e retorno dos exilados. Plenas liberdades de imprensa, organização política e sindical, reunião, manifestação e greve.
- Dissolução do parlamento e de todas as instituições do Estado somozista.
- Eleições livres para uma Assembleia Constituinte que reorganize o país a serviço dos trabalhadores, dos camponeses e do povo.⁴

Enquanto se combatia para derrubar Somoza, não ocorreram diferenças importantes, dado que os membros da Brigada Simón Bolívar estavam sob a disciplina militar da Frente Sandinista mas, uma vez derrotada a ditadura, surgiram, inevitavelmente, disputas políticas e programáticas. Os brigadistas, conseqüentemente, impulsionaram o programa que haviam proposto, levando em conta a dinâmica do processo revolucionário e a iniciativa das massas.

3 *El Socialista*, nº 165, agosto de 1979

4 *Revista de América*, ano 1, nº 8/9 (Terceira época). Bogotá: janciro/fevereiro de 1979



Em relação ao armamento geral das massas, defenderam o fortalecimento dos *Comitês de Defesa Sandinista* (CDS), comitês armados que no transcurso do enfrentamento com a Guarda Nacional haviam sido formados como organismos de autodefesa, denominados então *Comitês de Defesa Civil* (CDC). Por outro lado, a política do Governo de Reconstrução Nacional foi dismantelá-los e substituí-los por um exército regular e uma polícia como em qualquer outro Estado burguês.

Igualmente importante foi o papel que a Brigada cumpriu na organização das massas nos bairros, na distribuição de víveres, medicamentos, armas e construção de refúgios antiaéreos e barricadas. Os brigadistas também impulsionaram a construção de sindicatos; em poucos dias ajudaram a fundar 80 sindicatos e incentivaram a constituição dos Comitês de Fábrica, que se converteram em espécies de organismos de poder que exerciam controle político, militar e administrativo nas fábricas. Com esses organismos, os trabalhadores destituíam os gerentes e altos executivos das empresas, pediam ao governo nacional a expropriação sem indenização das empresas e sua estatização sob o controle dos trabalhadores.

No campo, a Brigada estimulou organismos parecidos para expropriar a terra e distribuí-la gratuitamente aos camponeses, desenvolvendo a tarefa democrática da reforma agrária. A Brigada impulsionou esse programa chamando os sandinistas a governar com as organizações dos trabalhadores e das massas, sem burgueses. Mas a pressão do imperialismo e da burguesia latino-americana para evitar que a Nicarágua se convertesse em uma nova Cuba, onde os meios de produção foram coletivizados, levou o Governo de Reconstrução Nacional a expulsar a Brigada Simón Bolívar “por ser extremista”.

Para tentar evitar a expulsão, importantes setores de trabalhadores realizaram uma mobilização pelas ruas de Manágua, da qual participaram cerca de 5000 pessoas, para manifestar sua simpatia pela Brigada e exigir que se outorgasse a cidadania nicaraguense aos seus integrantes.

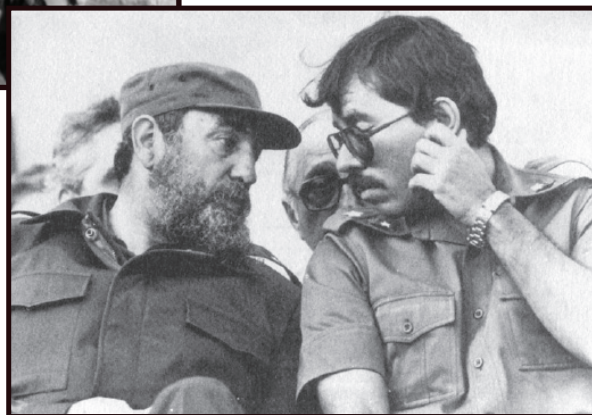
Os brigadistas foram convocados a uma reunião na qual foram desarmados e posteriormente enviados ao Panamá num avião especialmente fretado. Ali foram entregues ao exército, que os torturou e os enviou de regresso à Colômbia, onde os brigadistas e o PST tiveram de suportar a perseguição do regime reacionário encabeçado por Julio César Turbay que, equivocadamente, suspeitava de suas intenções de organizar uma nova guerrilha no país.



Ato da FSLN



Por que a luta armada?



ALEJANDRO PEREIRA

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (PST) - COLÔMBIA

Vista em perspectiva histórica, a experiência da Brigada Simón Bolívar parece ser um paradoxo, ou pelo menos, contraditória, pois a Fração Bolchevique e o PST combatiam a política e a tática guerrilheiras elevadas a estratégia pelo stalinismo, pelo maoísmo e o guevarismo em vários países da América Latina, começando pela própria Colômbia. No entanto, não há nada de contraditório nessa política que a Liga Internacional dos Trabalhadores e o PST herdaram da Fração Bolchevique e com a qual continuam combatendo ideológica e politicamente as organizações guerrilheiras como as Farc e o ELN, que não levam em conta a situação das massas e suas lutas. A guerrilha colombiana não reconhece, de fato, o papel protagonista das massas na luta revolucionária, e converteu a luta do aparato guerrilheiro numa estratégia fixa, esquemática e supra-histórica. Diferentemente das direções das guerrilhas colombianas, os sandinistas, em seu momento, reconheciam este papel, como se deduz da declaração de Humberto Ortega de que:

É muito difícil tomar o poder sem uma combinação criativa de todas as formas de luta onde quer que possam ter lugar: campo, cidade, povo, bairro, montanha, etc., mas sempre baseadas na ideia de que o movi-

TRADUÇÃO
JOÃO HENRIQUE
GALVÃO

mento de massas é o ponto focal da luta, e não a vanguarda quando as massas se limitam só a apoiá-la.¹

Baseadas nas Revoluções Chinesa de 1949 e Cubana de 1959 floresceram as teorias da guerra de guerrilhas que desprezavam o critério marxista de que a considera uma tática, como mais uma forma de luta. Seus porta-vozes mais conhecidos, entre eles Che Guevara, elevaram-na ao nível de uma estratégia. Para estes teóricos, é a forma de luta privilegiada a ser usada em todo momento e em todos os países e à qual todas as demais devem subordinar-se. Não obstante, essa “elaboração” nada tem de marxista, que parte da mais rigorosa análise da realidade concreta da luta de classes para deduzir sua teoria e política e não de elaborações abstratas, esquemáticas e dogmáticas às quais a realidade é forçada a se encaixar.

A adoção do método marxista é o que explica a aparente contradição da Fração Bolchevique e do PST colombiano que, ao mesmo tempo em que se opunham ao incentivo da luta guerrilheira em países como a Colômbia, organizaram uma brigada para apoiar a luta armada do sandinismo e do povo da Nicarágua. Há trinta anos tal audácia tática foi defendida nos seguintes termos:

A essência do leninismo e do marxismo consiste em não privilegiar uma forma determinada de luta, mas em utilizar todas as formas que a luta de classes desenvolve e impulsiona. As eleições, a guerrilha, a luta armada, a luta democrática, a luta sindical, todas as formas que desenvolvam as lutas das massas servem, à medida que aprofundem sua ação e elevem sua consciência.

Quem diz: “só a guerrilha é admissível”, cai no guerrilheirismo. Quem diz: “só a via eleitoral é admissível”, cai no eleitoralismo. Quem diz: “não há nada mais importante que os sindicatos”, cai no sindicalismo. Todos esses métodos são alheios ao marxismo.

O marxismo é uma combinação incessante dos distintos métodos que se adaptam às etapas concretas pelas quais a luta de classes passa. Daí que o trabalho do partido verdadeiramente revolucionário consiste em combinar as palavras de ordem que mobilizem as massas e as levem à independência frente a burguesia, enfrentando-a para impor o poder dos trabalhadores.²

Embora muitos ativistas e algumas organizações reivindicuem todas as formas de luta, isolam cada uma delas da luta de classes concreta e as generalizam para todas as etapas, e dão, aparentemente, a mesma hierarquia a todas as formas de luta. E assim terminam formulando a “teoria” da “combinação de todas as formas de luta” independentemente do desenvolvimento concreto dos fatos da luta de classes.

Organizações como as Forças Armadas Revolucionárias (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), da Colômbia, elevaram de tática a estratégia a luta guerrilheira, mantendo-a durante várias décadas acima de sua relação com a luta das massas em cada momento. Os dirigentes das FARC e do ELN “decidiram” que a forma fundamental de luta é a guerra de guerrilhas e que é o único caminho para a tomada do poder. Ao converter a tática de

1 Citado por HARRIS, Richard e VILLAS, Carlos M. *La revolución en Nicaragua*. México: Ediciones Era, 1985

2 *Nicaragua: reforma o revolución*. Tomo I. Recopilação de artigos. Bogotá: 1980

luta guerrilheira em estratégia, terminam executando ações de terrorismo individual, e em muitos casos as vítimas dessas ações são pessoas inocentes, o que lhes produz uma separação ainda maior das massas e oferece argumentos aos governos e à burguesia para desprestigiá-los e reprimir a população. As formas de luta adotadas pelas massas em cada momento pouco lhes interessam, tampouco o programa ou a política que deve ser apresentada para incentivá-las, a partir de seu nível de consciência. Menos ainda lhes interessa a necessidade de construir um partido revolucionário. Para as guerrilhas, em geral, as massas não contam. Nesse sentido, são elitistas. O aspecto central para elas não é a política, mas a guerra, e, além disso, a parte puramente técnica da guerra.

Esse esquema levou muitos dirigentes guerrilheiros a passar do impulso fanático à guerra de guerrilhas como único método ao abraço entusiástico de outros métodos como o eleitoralismo, ao mesmo tempo em que renegavam o método anteriormente praticado. Exemplos existem muitos. A FMLN em El Salvador; os tupamaros no Uruguai; e o M-19, ou o EPL e outras guerrilhas menores na Colômbia. Estas mudanças também obedecem ao fato de terem um programa reformista, um programa para enfrentar o regime político e não o sistema social capitalista.

Em relação à luta armada, em particular, podem-se dar muitas variantes: a insurreição armada, a greve geral organizada com milícias ou comitês de defesa de operários e camponeses, e a guerra de guerrilhas, entre outras. A Revolução Russa de outubro de 1917 triunfou mediante a insurreição armada; igualmente ocorreu com a Revolução Boliviana de 1952. No caso da Nicarágua, a insurreição armada das massas foi combinada com as ações guerrilheiras da Frente Sandinista.

Em síntese, trata-se de descobrir, e não de inventar, qual é a forma de luta mais conveniente adotada pelas massas em um momento determinado, e desenvolver essa forma de luta. Mas para isso é preciso estar aberto, sem ter esquemas ou dogmas.

A guerra de guerrilhas e o marxismo

A guerra de guerrilhas não é um método novo. É tão antigo quanto a própria guerra. Mas deve ficar claro que é um método defensivo. E para o marxismo é um método de luta secundário, um acessório que deve estar submetido à luta das massas. É a luta do fraco contra o forte. É a guerra pequena, como afirmava Trotsky a propósito da guerra de guerrilhas ocorrida em algumas regiões e em alguns casos na guerra civil depois da tomada do poder na Rússia em 1917. A luta guerrilheira está condenada ao fracasso quando não tem apoio das massas. Essa foi a grande diferença entre as guerrilhas da Nicarágua e da Colômbia.

Lênin elaborou, a partir da experiência russa, critérios sobre a adoção das formas de luta. Vejamos, como conclusão, parte de sua análise sobre o tema:

Começemos pelo princípio. Quais são as exigências fundamentais que todo marxista deve apresentar para a análise da questão das formas de luta? Em primeiro lugar, o marxismo distingue-se de todas as formas primitivas do socialismo por não ligar o movimento a uma só forma determinada de luta. O marxismo admite as formas mais diversas de



luta; além disso, não as “inventa”, mas sim generaliza, organiza e torna conscientes as formas de luta das classes revolucionárias que aparecem por si mesmas no transcurso do movimento. O marxismo, totalmente hostil a todas as fórmulas abstratas, a todas as receitas doutrinárias, exige que se preste muita atenção à luta das massas em curso que, com o desenvolvimento do movimento, o crescimento da consciência das massas e a intensificação das crises econômicas e políticas, engendra constantemente novos e cada vez mais diversos métodos de defesa e ataque. Por isso, o marxismo não rechaça categoricamente nenhuma forma de luta. O marxismo não se limita, em nenhum caso, às formas de luta possíveis e existentes só em um momento dado, admitindo a aparição inevitável de novas formas de luta, desconhecidas dos militantes de um período dado, ao mudar a conjuntura social. O marxismo, neste sentido, aprende, se assim se pode dizer, da prática das massas, longe de pretender ensinar às massas formas de luta inventadas por “sistematizadores” de gabinete. Sabemos – dizia, por exemplo, Kautsky, ao examinar as formas da revolução social – que a próxima crise nos trará novas formas de luta que não podemos prever agora.

(...) Diz-se que a guerra de guerrilhas aproxima os vagabundos bêbados e degradados ao proletariado consciente. É certo. Mas disso só se deduz que o partido do proletariado não pode nunca considerar a guerra de guerrilhas como o único, tão sequer como o principal método de luta; que este método deve estar subordinado aos outros, deve ser proporcional aos principais métodos da luta, e deve ser enobrecido pela influência educadora e organizadora do socialismo. Sem esta *última* condição, todos, absolutamente todos os procedimentos de luta, na sociedade burguesa, aproximam o proletariado das diversas camadas não proletárias, situadas acima ou abaixo dele e, se abandonados ao curso espontâneo dos acontecimentos, desgastam-se, pervertem-se, prostituem-se. As greves, abandonadas ao sentido espontâneo dos acontecimentos, degeneram em *alliances* - em acordos entre operários e patrões *contra* os consumidores. O parlamento degenera em um bordel, onde um bando de politiqueiros burgueses comercializa no varejo e no atacado a “liberdade popular”, o “liberalismo”, a “democracia”, o republicanismo, o anticlericalismo, o socialismo e demais mercadorias procuradas. A imprensa transforma-se em fofoqueira barata, em instrumento de corrupção das massas, da bajulação grosseira dos baixos instintos da multidão, e assim por diante. A social-democracia não conhece métodos universais de luta que separem o proletariado das camadas situadas um pouco mais acima ou um pouco mais abaixo dele por uma muralha da China. A social-democracia emprega, em diferentes épocas, diversos procedimentos, *sempre* considerando condições ideológicas e de organização rigorosamente determinadas para sua aplicação.³

Como se pode apreciar, a Brigada Simón Bolívar não fez mais que aplicar a teoria do marxismo referente às formas de luta. Descobriu que o método da luta guerrilheira estava sendo assumido pelas massas, que era necessário impulsionar sua generalização e adotá-lo para derrubar a ditadura de Somoza.

3 LÊNIN. *Guerra de guerrillas*. Obras completas, Tomo XI. Buenos Aires: Editorial Cartago.

Elementos de um programa para a revolução na América Central



Concentração em Manágua, 19 de julho de 1979

JAVIER FERNÁNDEZ e JHON VEGA

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES (PRT) - COSTA RICA

Na América Central recentemente assumiram governos que se autodenominam de esquerda, como os de Ortega na Nicarágua, Funes em El Salvador ou Zelaya em Honduras. No entanto, há poucos anos foi aprovado o TLC com os Estados Unidos onde se aprofunda a exploração imperialista na região, e estes governos não apresentam nenhuma medida em seu programa para enfrentar este nefasto projeto. A trinta anos da vitória da FSLN sobre Somoza, parece-nos central discutir qual é o programa que deve ser levantado na América Central para libertar-nos do imperialismo, e sobre essa base definir qual deve ser nossa política para estes governos.

TRADUÇÃO
MARCOS MARGARIDO

A balcanização da América Central é uma garantia de domínio para o imperialismo e a burguesia

A independência centro-americana deixou intactas as estruturas sociais da colônia, por ter sido decretada pela oligarquia que mantinha relações comerciais com a coroa espanhola e depois com o imperialismo inglês.

Assim foram criadas as bases materiais para um maior controle das burguesias agroexportadoras ligadas ao imperialismo inglês, interessadas na divisão da América Central em cinco países¹, devido à maior facilidade de controlar seu próprio Estado, embora estes fossem quase artificiais. Desta forma, não deviam pagar impostos adicionais para a criação de um Estado Centro-americano para garantir necessidades, como um exército federal ou uma burocracia de todo o Estado.

1 Na época citada, a América Central estava dividida em cinco países (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica). O Panamá fazia parte da Colômbia e só obteve sua independência no início do século XX.

Apesar de seus interesses divisionistas, as oligarquias tiveram de se unificar sob um exército centro-americano para expulsar da Nicarágua a invasão dos piratas estadunidenses em meados do século XIX. Esta luta demonstrou que a única forma de se conseguir uma verdadeira independência era a construção de um Estado centro-americano que enfrentasse o imperialismo, e não a divisão da América Central em cinco Estados artificiais para garantir os interesses das burguesias agroexportadoras.

A combinação entre a debilidade dos Estados e os interesses das oligarquias agroexportadoras terminou por subjugar a independência centro-americana. Um novo capítulo deste jugo começa a ser escrito com o estabelecimento do enclave bananeiro no caribe centro-americano, sob o controle da *United Fruit Company*, resultando na sujeição definitiva da região centro-americana aos interesses do imperialismo americano.

Com o estabelecimento do enclave bananeiro, nasce um novo proletário agrícola que encabeçará importantes lutas anti-imperialistas, como as greves bananeiras de 1934 na Costa Rica e 1954 em Honduras, que fizeram parte de um ascenso revolucionário iniciado com a luta de Sandino na Nicarágua e o levantamento camponês e indígena de 1932 em El Salvador, finalmente derrotado pelo golpe militar contra Jacobo Arbenz na Guatemala.

Estas lutas demonstraram que um ascenso revolucionário num dos países centro-americanos é capaz de detoná-lo em toda a região, devido aos estreitos vasos comunicantes entre as massas.

A derrota da revolução centro-americana

A derrota do processo revolucionário, aberto com o triunfo sandinista sobre a ditadura de Somoza na Nicarágua em 1979, inaugurou um processo de recolonização na América Central, caracterizado por dois elementos:

- A política de reação democrática impulsionada pelo imperialismo e pela burguesia centro-americana que culmina com os Acordos de Paz.
- A política dos aparatos à cabeça do processo (a FMLN em El Salvador, a URNG na Guatemala e a FSLN na Nicarágua), que renunciaram à revolução centro-americana e à expropriação da burguesia, baseados na orientação castrista de não fazer da Nicarágua uma nova Cuba.

Os acordos de paz marcam uma virada da política imperialista para a região, fruto de sua própria fraqueza em controlar a revolução pela via armada. A esse respeito, nossa corrente assinalava, em meados dos anos oitenta, sobre a possibilidade de uma intervenção armada imperialista:

Há um acordo total no seio da burguesia imperialista americana (...) para evitar por todos os meios um novo Vietnam. Não há nenhum setor importante do imperialismo que esteja a favor de invadir já a América Central (...) e por isso todas suas alas, começando pelo próprio Reagan, estão buscando habilmente uma saída através de uma negociação para desviar a revolução e evitar seu triunfo (...) (Correo Internacional, janeiro de 1989)

Os acordos de Esquipulas II em 1987, as eleições na Nicarágua em 1990, os Acordos de Chapultepec em El Salvador em 1992 e o *Acordo pela Paz Firme e Duradoura* firmado na Guatemala em 1996, representam a forma

definitiva que o imperialismo adota para derrotar a revolução pela via da reação democrática.

O imperialismo nunca descartou a opção de intervir militarmente como antes. Ao contrário, alentou a reação interna mediante o financiamento dos “contras” na Nicarágua e o estabelecimento de militares em Honduras. A resistência das massas e a dinâmica da própria revolução obrigaram-nos à rendição pactuada como tática central, pela via da derrota eleitoral do sandinismo e do isolamento da revolução salvadorenha. A política do imperialismo foi seguida por organizações como a FSLN, que:

Em lugar de chamar seu próprio povo e todos os povos centro-americanos, da América Latina e dos EUA, a estender e desenvolver a revolução, abrindo frentes de combate ao imperialismo, chama-os a submeter-se aos planos dos governos reacionários do Grupo de Contadora, cujo postulado central é o desarmamento e a rendição negociada da guerrilha salvadorenha (Correo Internacional, agosto de 1985).

Combinam-se, assim, de um lado a pressão do imperialismo e de outro a política contrarrevolucionária adotada pelos aparatos guerrilheiros, como a FSLN, que se fundamenta nas teses defendidas em escala global pelo castrismo e o stalinismo. Estes renunciaram conscientemente a apoiar a revolução salvadorenha em curso e fizeram sua a bandeira da saída negociada.

A saída negociada esteve representada inicialmente pelas propostas do Grupo de Contadora, em torno ao qual cerraram fileiras tanto o imperialismo quanto as direções insurgentes centro-americanas, o castrismo e o stalinismo. As propostas de Contadora finalmente foram materializadas nos acordos de Esquipulas II, firmados pelos presidentes centro-americanos em 1987, que incorporavam, entre outras medidas:

- O compromisso com a reconciliação nacional, isto é, o esquecimento dos assassinatos cometidos pela burguesia e pelo imperialismo contra as massas centro-americanas.
- A anistia, que representava o perdão e a impunidade para os assassinos do povo trabalhador.
- A recusa expressa em apoiar os processos revolucionários em curso, o que significava a renúncia do apoio à luta insurgente em El Salvador pela Nicarágua, como demonstração de sua vocação “democrática” e de sua lealdade ao imperialismo.
- A realização de eleições como mecanismo para resolver as diferenças e garantir as transformações necessárias. Isto é, transformar a luta de classes em luta eleitoral nos limites do Estado burguês.
- A desmobilização das forças “irregulares” (organizações guerrilheiras) e a manutenção do exército como força repressora do Estado.

Nós, à diferença de grande parte da esquerda centro-americana, afirmávamos que estes acordos tinham um caráter reacionário e contrário às reivindicações históricas das massas centro-americanas. Até o final dos anos oitenta não existia maior contradição de fundo nas propostas de uma saída negociada, que significavam uma derrota para o conjunto das massas centro-americanas. De um lado, o imperialismo tentando esmagar a revolução, de



outro o castro-stalinismo advogando para que a América Central não fosse uma nova Cuba, isto é, que não se dessem processos revolucionários de expropriação da burguesia e expulsassem o imperialismo.

Esse processo, gestado pelo imperialismo e seguido pelas orientações táticas e estratégicas do castro-stalinismo, levou o conjunto das massas centro-americanas à derrota e à desmoralização, tendo que enfrentar uma feroz ofensiva sobre suas organizações e suas condições de vida.

O avanço recolonizador sobre a América Central

Com a derrota da revolução centro-americana, o imperialismo teve plenas condições para implantar os Programas de Ajuste Estrutural (PAES). Os PAES constituíram um pacote de reformas exigidas pelo FMI aos países centro-americanos, que recebiam em troca empréstimos para “superar” a crise econômica originada pela pressão do pagamento da dívida externa.

Tais programas incorporaram medidas como: maior abertura comercial em prol das empresas imperialistas, desregulamentação do mercado financeiro, promoção da atividade exportadora mediante a concessão de isenções fiscais e financiamento pelo Estado, a “reforma” do Estado pela via das privatizações e a redução do orçamento estatal, o aumento da exploração dos trabalhadores mediante uma maior intensidade dos ritmos de produção, a precarização das condições de trabalho, a flexibilização dos contratos de trabalho e a reprodução às formas organizativas dos trabalhadores. Esta política foi aplicada ao conjunto da região até final dos anos oitenta e princípio dos noventa, em diferentes ritmos em cada país, mas de forma generalizada na região.

Este processo foi caracterizado por um avanço da penetração imperialista mediante um aumento acelerado do investimento estrangeiro devido às isenções fiscais, das crescentes privatizações e de um processo de integração do mercado regional, medidas que davam condições plenas ao imperialismo e à burguesia centro-americana para explorar o conjunto da região.

Impõe-se a chamada orientação “para fora”, isto é, a sujeição da atividade comercial e financeira centro-americana aos interesses estadunidenses. Calcula-se que o investimento estrangeiro direto na América Central alcançou US\$ 391 milhões no início dos anos noventa, enquanto em 2003 representava ao redor de US\$ 2 bilhões, isto é, um aumento de cinco vezes em uma década (CEPAL). Esse investimento está concentrado na indústria - principalmente de manufaturados -, nos serviços (energia, telecomunicações, seguros), no turismo, na agricultura de exportação (abacaxi, melão), nos bancos e no setor imobiliário; provém em sua grande maioria dos Estados Unidos (70%) e se estabelece majoritariamente nas Zonas Francas (enclaves produtivos em distintas zonas do país, livres de impostos e que gozam de grandes regalias), as quais passaram de 85 empresas em 1990 a 1092 em 2001 (PNUD, 2003).

Ao lado deste crescimento do investimento imperialista, cresce a integração da burguesia centro-americana, mediante a consolidação dos principais grupos econômicos centro-americanos e sua fusão cada vez mais estreita aos interesses do imperialismo.

A derrota revolucionária e a aplicação do ajuste fornecem melhores condições para explorar o conjunto da região, tanto para o imperialismo como

para os principais setores burgueses centro-americanos. As novas condições políticas geram grandes lucros aos grupos burgueses mais importantes dedicados à acumulação regional, entre os quais se destacam: Adoc (El Salvador), Agrisal (El Salvador), Banco Agrícola (El Salvador), Banistmo (Panamá), Cabcorp (Guatemala), Cervecería Centroamericana (Guatemala), Carrion (Honduras), Corporación Supermercados Unidos (Costa Rica), Cressida (Honduras), Cuscatlán (El Salvador), Durman Esquivel (Costa Rica), Sama (Costa Rica), Motta (Panamá), Pellas (Nicarágua), Poma (El Salvador), Taca (El Salvador), Novella (Guatemala).

Todos estes grupos mantêm vasos comunicantes entre si e com as principais empresas imperialistas, alguns se converteram em sócios menores do imperialismo a partir da venda de suas empresas e das alianças “estratégicas”. Dois dos casos mais recentes foram a aquisição da *Corporación Supermercados Unidos* – principal cadeia de supermercados da Costa Rica – pela multinacional Wal-Mart; e a fusão do *Banco Cuscatlán* e do *Grupo Financiero Unonicaraguense* com o Citigroup. As declarações dos diretores do Citigroup exemplificam bem esta política regional que assinalamos: “não nos interessaria adquirir um banco em cada país. A América Central nos é atrativa pelo CAFTA, sua integração e a possibilidade de administrar a região como um bloco” (Revista *Summa*, janeiro de 2009).

Sua coordenação não se restringe apenas ao plano econômico, todas as instituições do regime em cada um dos países centro-americanos são controladas por estes grupos mediante uma estreita coordenação política. Temos por exemplo o Grupo Pellas, que financiou a campanha de Enrique Bolaños na Nicarágua em 2000 e a de Abel Pacheco na Costa Rica em 2002.

O processo de recolonização tem sua expressão mais importante no recém-aprovado TLC entre os Estados Unidos e a América Central, impulsionado a partir da derrota do ALCA. As burguesias centro-americanas admiram sua aprovação em cada um dos países de forma unificada, empenhando todos seus esforços nessa tarefa e cerrando fileiras com o imperialismo.

O TLC foi aprovado entre dezembro de 2004 e outubro de 2005 em El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, enquanto na Costa Rica foi aprovado em outubro de 2007 após um referendun nacional. O TLC incorporava o tratamento preferencial às empresas transnacionais, a privatização dos serviços públicos que ainda permaneciam nas mãos do Estado, a modificação das legislações trabalhistas para permitir uma maior exploração da força de trabalho, o endurecimento das leis de propriedade intelectual, a privatização de recursos naturais, a imposição das decisões dos tribunais de arbitragem internacional sobre a legislação nacional.

O avanço do domínio imperialista teve a oposição das massas centro-americanas, que viam suas condições de vida se deteriorarem e assim eram empurradas a superar a desmoralização e empreender novamente a luta por sua libertação.

A luta das massas centro-americanas contra a recolonização

A derrota das massas resultou na redução das organizações operárias à sua mínima expressão e em alguns casos praticamente desapareceram. No

setor público, várias dirigentes sindicais foram partícipes da contrarreforma através da negociação da privatização dos serviços e das empresas estatais, desmoralizando ainda mais a classe trabalhadora. Onde os sindicatos não desapareceram, foram reduzidos a sua mínima expressão ou cooptados pelo Estado pela via da negociação.

Em alguns casos, a classe trabalhadora travou lutas importantes, mas não conseguiu reverter a derrota anterior devido à ausência de uma direção revolucionária, a confiança no Estado burguês por parte de suas direções e a ausência de lutas que superassem o sindicalismo economicista.

Com a implantação do TLC produziram-se dois efeitos contraditórios. Por um lado aprofundou-se a recolonização, a qual significou uma derrota estratégica para o conjunto das massas centro-americanas. Por outro, causou um ascenso da mobilização anti-imperialista, cuja maior expressão deu-se na Costa Rica, onde o TLC teve de ser aprovado num referendun por escassa margem de apoio, sendo esta a saída institucional da burguesia ante a crescente mobilização que o ameaçava. Nesta luta ficou evidenciado o “contágio” das massas centro-americanas pela situação revolucionária que atravessa a América Latina e os resquícios da derrota anterior, que não foi superada pela falta de uma direção revolucionária com influência de massas na região.

Junto aos crescentes lucros do imperialismo e da burguesia centro-americana aumenta a miséria das massas centro-americanas. Todos os índices econômicos mais ou menos sérios demonstram que a década de noventa resultou num aumento da pobreza, do desemprego e da precarização das condições de trabalho; alguns destes estudos indicam que:

Até 1990, 59% dos 28 milhões de centro-americanos de então encontravam-se numa situação de pobreza total, e 27,3% em pobreza extrema. (...) enquanto em 1990 havia cerca de 16,8 milhões de pessoas pobres, o número delas até 2001 aumentou para 18,8 milhões, isto é, dois milhões a mais. No caso da pobreza extrema, aumentou-se de 7,6 milhões de centro-americanos em 1990 para quase 8,5 milhões em 2001, o seja, cerca de 850 mil pessoas (PNUD, 2003).

Embora pudéssemos questionar a precisão destes dados à luz das categorias de pobreza utilizadas, eles refletem o quadro geral produzido pelo ajuste. Esses milhões de centro-americanos engrossaram a lista de imigrantes nos Estados Unidos, onde buscam uma alternativa desesperada para enfrentar a pobreza gerada pelo ajuste e o livre comércio. Calcula-se que hoje em dia vivam cerca de 4,5 milhões de centro-americanos fora de seus países, dos quais 75% vivem nos Estados Unidos. As remessas enviadas por eles representavam mais de 10% do PIB de toda a região no ano de 2006 (PNUD, 2008).

O estouro da migração na América Central está relacionado a causas estruturais não resolvidas, responsáveis pela onda revolucionária a partir dos anos setenta. Os Acordos de Paz aprofundaram essas causas e levaram à expulsão de milhões de centro-americanos que carregam em seus ombros a carga da exclusão e da miséria capitalista. Estes milhares de imigrantes centro-americanos expulsos da região estiveram à frente das mobilizações no coração do próprio imperialismo, demonstrando que suas reivindicações

históricas não foram solucionadas pelos acordos de paz e que sua vocação de luta continua viva.

Os governos de frente popular na América Central e sua política

Em meio ao ascenso vivido nos últimos anos, a rejeição aos governos clássicos da oligarquia e a profunda crise de direção revolucionária fizeram com que a insatisfação das massas centro-americanas e seu giro à esquerda se expressassem pelo voto.

Este giro à esquerda foi capitalizado pelas velhas direções da FSLN e da FMLN, que ainda eram vistas pelas massas como sua direção. Desta forma se deu a eleição de governos de natureza nacionalista e de frente popular.

A vitória da FSLN em 2006 na Nicarágua e a recente vitória da FMLN inscrevem-se nesta onda frente populista. O triunfo de Mel Zelaya em Honduras também faz parte do mesmo fenômeno, embora diferente dos demais porque não se tratava de uma direção de massas.

No entanto, apesar de sua retórica e das esperanças de muitos lutadores honestos, nenhum destes governos irá realizar as tarefas democráticas e socialistas necessárias hoje para a América Central. Há setores da esquerda centro-americana que, mesmo sendo conscientes da limitação destes programas, defendem estes governos sob o argumento de que é impossível atingir estas reformas devido a causas alheias a eles, tal como se depreende das afirmações de Fernando Villalona, conhecido economista que trabalha para a equipe Maíz em El Salvador:

O governo de Mauricio Funes aplicará uma parte importante de seu programa, a que depende do Órgão Executivo. As medidas que dependem de outras instituições do Estado não poderão ser aplicadas. Mencionemos algumas:

Modificar a estrutura tributária, sobretudo aumentar a taxação da renda empresarial, elevar a base de isenção da renda salarial, aumentar as tarifas alfandegárias sobre certas importações de luxo e eliminar algumas disposições que permitem a evasão fiscal (evasão legal). A aprovação ou modificação de impostos se faz no Congresso, com um mínimo de 43 votos, que a FMLN não possui.

Revisar algumas privatizações. Nem o Órgão Legislativo nem o judiciário facilitarão esse trabalho.

Revogar a lei de anistia aprovada em 1993 pelo ex-presidente da Arena, Alfredo Cristiani. Tal lei foi aprovada para proteger membros da ARENA e das Forças Armadas apontados pela Comissão da Verdade (criada após os acordos de paz de 1992) como responsáveis por muitos crimes cometidos antes e durante a guerra.

Reverter a dolarização ou anular o TLC com os Estados Unidos, não foram apontados pela FMLN e nem poderiam ser aplicados. A primeira implica em aprovar uma lei que outorgue ao Banco Central o direito de emitir moeda nacional e que obrigue os bancos comerciais a transferir seus dólares ao Banco Central. Essa lei teria que ser aprovada pelo congresso com um mínimo de 43 votos. O TLC só pode ser anulado

ou modificado em comum acordo entre as partes que o firmaram: o governo de El Salvador e o dos Estados Unidos.

Segundo Villalona, portanto, nenhuma das principais políticas impostas pela oligarquia depois dos acordos de paz poderá ser revertida pelo governo de Funes, já que as demais instituições do regime não o permitem e então não se pode fazer nada.

Para enfrentar esta discussão devemos primeiro recordar que estas instituições foram e serão um obstáculo a qualquer programa que pretenda romper com o imperialismo, pois são frutos da Assembleia Constituinte de 1983, presidida pelo fascista D'Aybuissou em meio à guerra civil e dotada de um caráter reacionário. A primeira tarefa do governo de Funes deveria ser a luta por uma nova Assembleia Constituinte, apoiando-se nas bases da FMLN e nas organizações populares, para acabar com o regime herdado da ditadura. Mas o governo Funes prometeu governar respeitando esta reacionária constituição e os principais projetos herdados da ARENA (TLC, a lei de anistia, a dolarização, etc.).

Funes e seus defensores, como Villalona, pretendem que as massas não lutem para acabar com o TLC, para prender os genocidas ou pelo direito de sindicalização, proibido pela constituição, pois ao fazê-lo terão que se enfrentar com seu governo. Como é possível ser este um governo do povo salvadorenho se defende os principais projetos do imperialismo e da oligarquia? Os anos de acomodamento ao atual regime adaptaram o programa da FMLN às necessidades da burguesia, com a renúncia à luta anti-imperialista e à transformação social de El Salvador. Por isso este não é o governo da classe trabalhadora salvadorenha, mas o principal defensor do imperialismo em El Salvador.

O exemplo de El Salvador nos serve igualmente para explicar a política de governos como o de Zelaya em Honduras e Ortega na Nicarágua. Nenhum deles evidentemente defende a reversão do processo de privatização, o rompimento com os projetos do imperialismo e a luta pelas demandas das massas centro-americanas.

Nosso programa para a revolução centro-americana

Consideramos que seja necessário um programa de rompimento com o imperialismo que realize as tarefas democráticas e socialistas para a América Central. Este programa só pode ser aplicado pelas organizações operárias e camponesas, dotadas de uma direção revolucionária que afirme sua política para o conjunto da região.

Alguns dos principais elementos deste programa devem ser:

- **A ruptura com o imperialismo**, começando pela ruptura com o TLC e os demais projetos recolonizadores (o patrulhamento conjunto e o plano Mérida, entre outros).

- **Assembleias constituintes em todos os países**, convocadas e dirigidas pelas organizações sindicais e populares, que destruam as instituições feitas sob medida para a oligarquia, a igreja, e o imperialismo, como as Forças Armadas, e dando verdadeiras garantias democráticas à classe operária para construir suas próprias organizações sindicais e políticas.

- **Uma verdadeira reforma agrária em cada país** que garanta terra para quem nela trabalha, destruindo o latifúndio e o agronegócio.
- **Expropriação sem indenização e sob controle operário** das empresas imperialistas e dos grupos econômicos pertencentes às grandes famílias burguesas e oligárquicas da região.
- **Por governos da classe operária e dos setores populares** que defendam este programa. Só as classes exploradas que sofrem cotidianamente o saque imperialista e a exploração das oligarquias locais podem lutar pelas transformações necessárias para a América Central.
- **A construção de uma República Federal Socialista Centro-americana.** As reivindicações democráticas como a independência do imperialismo, a reforma agrária e as liberdades políticas da classe operária só podem ser garantidas por uma revolução socialista que exproprie a burguesia, no conjunto da América Central, contra as políticas de balcanização do imperialismo e do socialismo em um só país do castro-stalinismo que já demonstraram as graves consequências para a classe trabalhadora centro-americana.
- **Por um partido revolucionário centro-americano** comprometido com a reconstrução da IV Internacional. A grande tarefa dos revolucionários é a construção de um partido revolucionário centro-americano que defenda as reivindicações históricas das massas da América Central.
- Este partido deve ser parte da batalha **pela reconstrução da IV Internacional**, retomando a grande tradição do internacionalismo proletário. A partir da LIT e suas seções na América Central, estamos comprometidos tanto na tarefa da construção deste partido centro-americano quanto na reconstrução da IV Internacional. Nenhuma das tarefas anteriores tem valor permanente sem esta.

